

AMOSTRA

CÂMARA DOS
DEPUTADOS



memoriza.ai



FALA, FUTURO APROVADO NO CONCURSO DA CDD!

Seja muito bem - vindo!

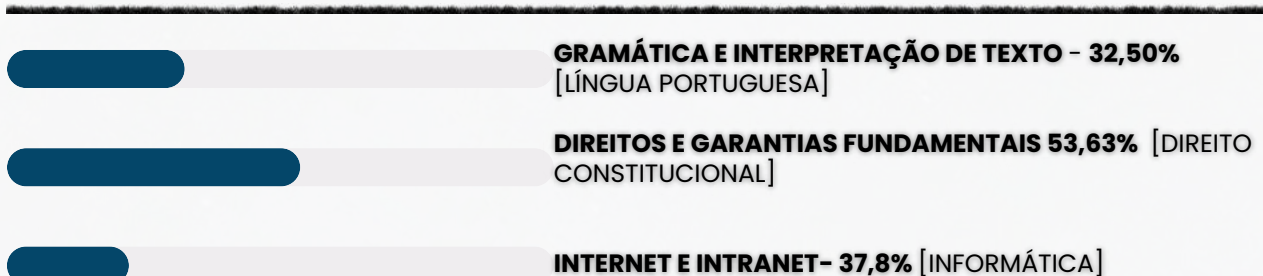
VOCÊ ACABA DE BAIXAR A AMOSTRA DO MEMORIZA.AÍ PARA ESTE CONCURSO.

O **Memoriza.aí** é um material que contém **dicas estratégicas** dos assuntos que certamente vão cair na sua prova!

Nossa equipe pedagógica realizou uma **análise** de **mais de 50000 questões** de **concursos anteriores** e identificou os **assuntos chave** que sempre se repetem nas últimas provas.

Por meio dessa **análise** das questões da **banca** e do **concurso** desenvolvemos um **material específico** com **dicas ilustradas** e **gatilhos emocionais** para melhorar sua memorização, de modo que você poderá focar exatamente nos assuntos que serão cobrados na sua prova.

Veja no gráfico abaixo uma breve demonstração dos **temas mais frequentes** das **provas** identificados pela nossa equipe pedagógica:



É como se a gente fizesse todo **trabalho duro** por você e te entregasse o que você precisa. Com isso, **você ganha muitooo tempo!**

ENÃO PARA POR AÍ...

Você ainda terá acesso a bônus exclusivos - quer ver?

Além do material base para o seu estudo, você terá acesso a **4 bônus exclusivos** que vão **potencializar** o seu **progresso** nos **estudos**. Veja abaixo os bônus:



BÔNUS 1: DO ZERO À APROVAÇÃO

UM MATERIAL QUE ENSINA A ORGANIZAR SUA JORNADA DE ESTUDO, DO COMEÇO AO FIM, DESDE A DECISÃO DE QUAL CARGO ESCOLHER ATÉ COMO ORGANIZAR SEUS ESTUDOS, CRONOGRAMAS E ESCOLHER AS FERRAMENTAS DE ESTUDO QUE VOCÊ UTILIZARÁ.



BÔNUS 2: GESTÃO DO TEMPO

O CONTEÚDO SERÁ MINISTRADO POR PÚBLIO ALVES, APROVADO NO TJ-SP, E SERÁ DISPONIBILIZADO EM VÍDEO AULAS, JUNTAMENTE COM MATERIAL DE APOIO E UMA PLANILHA MODELO PARA AJUDAR NA ORGANIZAÇÃO DA SUA ROTINA, AUMENTANDO EM ATÉ 10 VEZES A SUA PRODUTIVIDADE NOS ESTUDOS.



BÔNUS 3: COMO HACKEAR O EDITAL

SE VOCÊ TEM DIFICULDADE EM ENCONTRAR AS PRINCIPAIS INFORMAÇÕES E ANALISAR OS TÓPICOS MAIS COBRADOS DE UM EDITAL, APRENDERÁ TUDO ISSO NA PRÁTICA, DESVENDANDO TUDO O QUE PRECISA PARA EXTRAIR TODOS OS CÓDIGOS DE EDITAL.



BÔNUS 4: CRONOGRAMA 30 DIAS

ESTE CRONOGRAMA OFERECE UMA ESTRUTURA CLARA E PRÁTICA PARA OS 30 DIAS QUE ANTECEDEM SUA PROVA, PERMITINDO UMA ABORDAGEM ORGANIZADA E EFICIENTE DO ESTUDO. AO DIVIDIR O CONTEÚDO EM PARTES MANEJÁVEIS E DISTRIBUIR AS ATIVIDADES AO LONGO DO PERÍODO, VOCÊ PODERÁ FOCAR EM CADA TÓPICO COM MAIS PROFUNDIDADE E EVITAR A SOBRECARGA DE INFORMAÇÕES.

ESSES BÔNUS SÃO POR TEMPO LIMITADO!

[clique aqui para saber mais!](#)

Veja só o depoimento de um de nossos alunos que foi **APROVADO** recentemente no concurso:

“

Oiii! Boa tarde!

Ana Luiza



Pensei mto antes de vir aqui, mas sei que feedbacks são importantes, e eu não podia deixar de agradecer pelo material. Ano passado comprei o material da EBSEH de vocês, e fui aprovada em segundo lugar, no HUNIFAP.

Foi o único material que estudei, e por ser de fácil linguagem e bem gráfico (eu sou muuuuito visual), deu mto bom pra mim!

Parabéns pelo trabalho!!

”

Caso tenha qualquer dúvida, você pode entrar em contato conosco enviando seus questionamentos para o suporte:



contato@memorizaai.com.br

ou



clique aqui para acionar nosso time via **whatsapp**.

QUER SER O PRÓXIMO APROVADO?

clique aqui e saiba como



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – CDD

Abordamos **todas as disciplinas exigidas** do edital

NO MATERIAL COMPLETO VOCÊ TERÁ ACESSO AS DISCIPLINAS DE:

- Língua Portuguesa
- Língua Inglesa
- Raciocínio Lógico e Analítico
- Direito Administrativo
- Administração Pública

Cargo 1: Analista Legislativo – Atribuição: Processo Legislativo e Gestão

- Regimento Interno da Câmara dos Deputados, Regimento Comum do Congresso Nacional e Código de Ética
- Direito Constitucional e Processo Legislativo
- Ciência Política
- Governança, Estratégia e Gestão
- Noções de Tecnologia da Informação e Dados

Cargo 2: Técnico Legislativo – Atribuição: Assistente Legislativo e Administrativo

- Noções de Direito Constitucional e de Regimento Interno da Câmara dos Deputados
- Administração Geral
- Licitações e Contratos
- Tecnologia da Informação, Dados e Noções de Estatística
- Noções de Administração Orçamentária e Financeira

CONHEÇA AGORA COMO É O MATERIAL QUE VAI TE AJUDAR NA SUA APROVAÇÃO!

CONHECIMENTOS GERAIS (AMBOS CARGOS)

memorize.aí

DICA

COLOCAÇÃO PRONOMINAL I



Se ao invés de dizer **"Abraça-me"** e **"Beije-me"**, ele dissesse **"Me abraça"** e **"Me beije"**, as frases estariam corretas?

FRASE INCORRETA
A palavra negativa (**nunca**) pede **próclise (pronome antes do verbo)** e o certo seria **"Nunca me deixe"**

NÃO!

LEMBRE-SE!

Não se **inicia** frase com **pronome oblíquo!**

- ✓ A colocação pronominal refere-se à **posição dos pronomes pessoais** (como **"eu," "você," "ele," "ela," "nós," "eles,"** etc.) nas frases em relação ao **verbo e ao restante da estrutura da frase**.
- ✓ A língua portuguesa tem regras específicas para a colocação de pronomes pessoais, e estas **regras variam de acordo com o tipo de verbo, tempo verbal e contexto da frase**.
- ✓ Além das regras gerais, a colocação pronominal pode variar de acordo com o contexto e a ênfase que o falante deseja dar à frase.
- ✓ Independente do tipo de frase, **não se inicia frase com o pronome oblíquo**, de acordo com as regras gramaticais.

Existem três formas principais de colocação pronominal em português: **próclise, ênclise e mesóclise**.

DICA

VOZES VERBAIS III



VOZ PASSIVA



Na voz passiva, **o sujeito sofre a ação em vez de realizá-la**. A ação é executada pelo agente, que **pode ser explicitado ou omitido na frase**.



A estrutura típica de uma frase na voz passiva é: **sujeito paciente + verbo ser + particípio passado do verbo principal + agente da passiva (opcional)**.



Exemplo **com agente da passiva**:

O livro (sujeito paciente) foi comprado (verbo ser + particípio passado) pela Maria (agente da passiva).



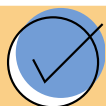
Exemplo **sem agente da passiva**:

O livro foi comprado.

outros exemplos

- *O rato foi caçado (pelo gato).*

Nesta frase, "o rato" é o sujeito paciente que sofre a ação de ser caçado, e "pelo gato" é o agente da passiva que pode ser incluído para indicar quem realizou a ação.



A voz passiva é subdividida em dois tipos: **voz passiva analítica** e **voz passiva sintética**.



Ambas possuem um **sujeito paciente**, ou seja, um sujeito que **sofre** ou **recebe** uma ação.



O que difere os dois tipos de voz passiva é **estrutura** de frase que cada um segue.

DICA

FIGURAS DE LINGUAGEM III



SINESTESIA

o que é isso?



A sinestesia é uma figura de linguagem que envolve a **combinação de diferentes sentidos ou sensações em uma única expressão ou metáfora**. Ela **ocorre quando as características de um sentido são usadas para descrever características de outro**, criando uma associação sensorial não literal.



A sinestesia pode ser usada para criar imagens vívidas e evocativas na linguagem, ajudando os leitores a experimentar uma cena, emoção ou conceito de maneira mais profunda e sensorial.

Exemplos **de sinestesia**:

"Um gosto doce da vitória."

Nesse caso, a sensação de "gosto doce" está sendo usada para descrever a sensação de vitória, combinando o sentido do paladar com o sentido da conquista.

"O som das cores enchia o ambiente."

Aqui, a frase sugere que o som está relacionado às cores, combinando o sentido da audição com o sentido da visão.

"Senti o cheiro do medo."

Essa expressão combina o sentido do olfato (cheiro) com o sentimento de medo, associando a sensação física de cheirar com uma experiência emocional.

DICA

CONCORDÂNCIA VERBAL II

TIPOS DE SUJEITO



1 SUJEITO SIMPLES

Ocorre quando há apenas um núcleo (uma palavra principal) representando o sujeito.

Exemplo: O vizinho está chamando.

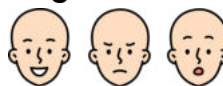
➡ Aqui, “vizinho” é o núcleo do sujeito.

2 SUJEITO COMPOSTO

Acontece quando o sujeito tem **dois ou mais núcleos ligados entre si**.

Exemplo: Minha mãe e meu irmão amam chocolate.

➡ Os núcleos do sujeito são “mãe” e “irmão”.



3 SUJEITO OCULTO (OU DESINENCIAL)

O **sujeito não aparece escrito na frase**, mas **pode ser identificado**:

- pelo **contexto** (quem está falando ou sobre quem se fala);
- ou pela **desinência verbal** (a terminação do verbo).

Exemplo: Estamos muito felizes com a novidade.

➡ O verbo “**estamos**” indica que o sujeito é “**nós**”.



4 SUJEITO DETERMINADO

É aquele que pode ser **identificado de alguma forma**.

➡ Engloba os sujeitos **simples, compostos e ocultos**.

Exemplo: Carla disse que vai viajar.

➡ O sujeito é “**Carla**”, facilmente reconhecido.

5 SUJEITO INDETERMINADO

Quando **não conseguimos identificar o sujeito**, nem pelo **contexto** e nem pela **forma verbal**.

➡ Geralmente aparece com:

- verbo na **3ª pessoa do singular + “se”** (índice de indeterminação);
- ou **verbo na 3ª pessoa do plural**, sem que se saiba **quem praticou a ação**.

Exemplo: Vive-se bem aqui. (Não sabemos quem vive).

6 SUJEITO INEXISTENTE

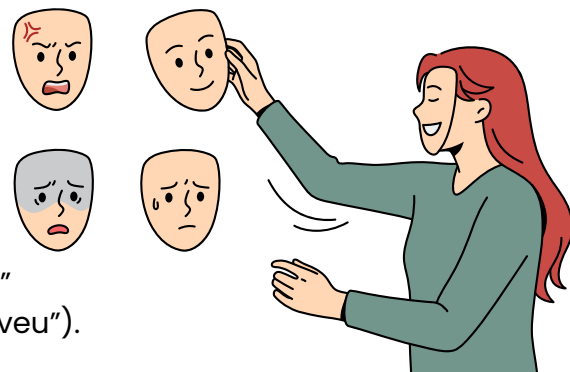
Também chamado de **oração sem sujeito**.

➡ Ocorre com **verbos impessoais**, que **não têm sujeito**.

Principais casos:

- **Fenômenos da natureza:** chover, nevar, trovejar...
- **Tempo decorrido:** “Faz dois anos...”, “Eram três horas...”
- **Verbo haver no sentido de existir:** “Há muitas dúvidas.”

Exemplo: Choveu a semana toda. (Não existe “quem choveu”).



DICA

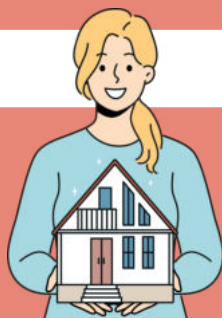
GRAMÁTICA I

SUBSTANTIVOS

Os substantivos são **palavras que nomeiam**:



PESSOAS;



LUGARES;



COISAS;



IDEIAS;



CONCEITOS.



Por ser a classe mais abrangente, não há um padrão muito específico para o enquadramento, entretanto, as terminações mais comuns dos substantivos são: **- tion, -ment, -ty.**



- **ment** → **transforma verbo em substantivo (o resultado da ação).**

Ex.: to achieve (realizar/conquistar) → achievement (realização, conquista).

👉 **Pense assim:** você faz a ação (achieve) e o que sobra é o resultado dela (achievement).



- **tion** → **mostra o processo ou resultado de uma ação.**

Ex.: to create (criar) → creation (criação).

👉 O verbo é a ação de criar, o substantivo é aquilo que foi criado ou o processo de criação.



- **ty** → **criam substantivos abstratos a partir de adjetivos.**

Ex.: active (ativo) → activity (atividade)

- TION

Information (informação)
Celebration (celebração)
Education (educação)
Communication (comunicação)
Examination (exame)

-MENT

Movement: (movimento)
Payment: (pagamento)
Replacement: (substituição)
Statement: (declaração)
Treatment: (tratamento)

-TY

Reality (realidade)
Quality (qualidade)
Quantity (quantidade)
Responsibility (responsabilidade)
Diversity (diversidade)



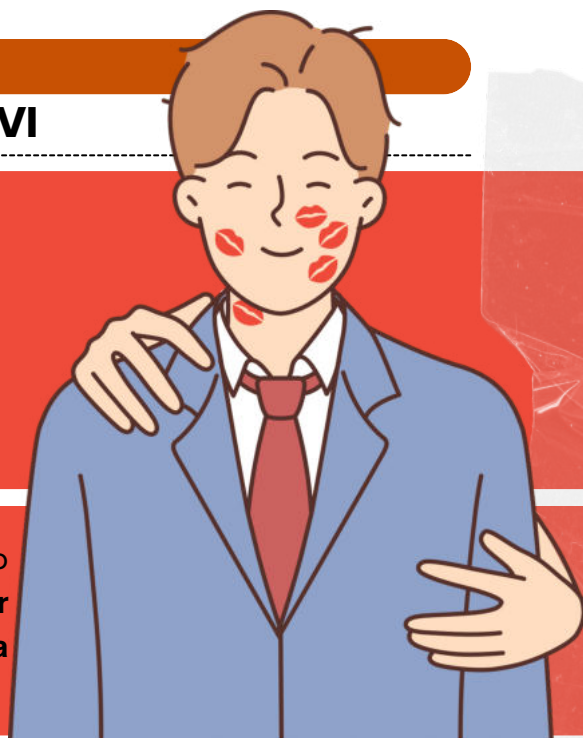
Observe que os sufixos **"-tion"** e **"-ment"** são **derivados de verbos**, enquanto o sufixo **"-ty"** é derivado de adjetivos.



DICA

TEMPOS VERBAIS VI

PRESENTE CONTÍNUO PRESENT CONTINUOUS



O Present Continuous (Presente Contínuo) é um tempo verbal **utilizado na língua inglesa para descrever ações que estão acontecendo no momento da fala ou ações que acabaram de acontecer.**

Por isso, é formado pela **seguinte estrutura:**



Sujeito + Verb to be no presente (am, is ou are) + gerúndio no verbo principal (-ING).

Para escrever **frases negativas:**



- Eu não estou estudando inglês agora.
- Adicionaremos o **not na frente do Verb to be:**
- I am not studying English now. (*Eu não estou estudando inglês agora.*)

Para escrever **frases interrogativas:**



- Basta **inverter a posição do Verb to be com o pronome da frase:**
- Am I doing it right? (*Eu estou fazendo isso certo?*)



Tome nota!

Podemos escrever na **forma contraída do Verb to be em frases afirmativas**, alteração de significado.

- I'm eating, You're eating,
- He's eating, She's eating,
- It's eating, We're eating,
- You're eating, They're eating



O Present Continuous é um tempo verbal **usado para descrever uma ação que está ocorrendo no momento da fala ou acabou de ocorrer, sem intervalo de tempo.** É usado para ações momentâneas ou executadas de imediato.

DICA

GOVERNABILIDADE E GOVERNANÇA



GOVERNABILIDADE

De forma direta, **a governabilidade pode ser entendida como o próprio poder político**, legitimado e contando com o apoio da sociedade e de seus representantes.

A legitimidade é crucial para a governabilidade, pois um governo que é percebido como legítimo tende a ter mais aceitação por parte da população, o que facilita a implementação de políticas e a manutenção da ordem social.

Além disso, a colaboração e o apoio dos representantes eleitos, como parlamentares e outros líderes políticos, também desempenham um papel importante na governabilidade, pois influenciam a capacidade do governo de obter aprovação para suas ações e iniciativas.



GOVERNANÇA

- A governança corporativa refere-se ao conjunto de práticas, políticas e estruturas pelas quais uma empresa é dirigida e controlada. Ela busca equilibrar os interesses dos diferentes stakeholders da empresa, como acionistas, conselheiros, diretores, funcionários e outros envolvidos, assegurando que a empresa seja administrada de forma ética, transparente e eficiente.

DICA

ACCOUNTABILITY E COMPLIANCE

ACCOUNTABILITY

A "accountability" refere-se à capacidade de transparência e prestação de contas. Na gestão pública, é uma ferramenta essencial para manter os ideais democráticos de um país. Ela permite o controle tanto dos processos quanto dos resultados a serem alcançados.

Para entender melhor, a "accountability" pode ser analisada em três dimensões:

INFORMAÇÃO (TRANSPARÊNCIA)

Obrigação dos administradores de prestar contas de sua atuação aos administrados.



JUSTIFICAÇÃO (RESPONSIVIDADE)

Responder pedidos de informações, com responsabilização pelos próprios atos.

PUNIÇÃO (SANÇÃO E COERÇÃO)

Capacidade de exigência de aplicação de sanções e incentivos.



TIPOS DE ACCOUNTABILITY

Existem três tipos de accountability que ajudam a manter o governo responsável:

- **Vertical:** que ocorre entre cidadãos e governos através de eleições e votação;
- **Horizontal:** que ocorre entre os poderes do Estado ou órgãos através de mecanismos de freios e contrapesos;
- **Societal:** que envolve a sociedade controlando e fiscalizando o Estado através de associações de cidadãos, movimentos sociais, Conselhos Temáticos Institucionalizados e a mídia.



DICA

CICLOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS I

CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS



Os ciclos de políticas públicas ilustram as **diferentes etapas que uma política percorre**, desde a identificação do problema até a sua implementação, avaliação e possível revisão.

O desenvolvimento de políticas públicas é um **processo dinâmico** que envolve diversos **atores, formais e informais**, com distintos **níveis de poder**, interagindo em várias **esferas** para discutir, aprovar e implementar políticas.

Os ciclos frequentemente incorporam etapas como **definição da agenda, formulação, decisão, implementação e avaliação**:

- Durante esse processo, os atores **negociam politicamente**, respeitando as limitações do ambiente institucional.
- Suas ações são **moldadas** por suas **preferências** e pelos **incentivos disponíveis**, todos dentro dessas condições.
- A **cooperação** entre os diferentes atores é crucial para a **produção de políticas públicas**, sendo um elemento fundamental nesse cenário.



O ciclo de políticas públicas tem como principal objetivo **guiar a criação de políticas públicas por meio de um processo** com cinco etapas, conforme será detalhado a seguir.

DICA

CICLOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS IV



PROCESSO DE
DECISÃO



Após analisar todos os planos e alternativas, o Ciclo de Políticas Públicas avança para a etapa de **definir a ação a ser tomada**.



Durante essa fase, os atores, conforme suas estratégias, determinam os recursos necessários e o **prazo para executar a ação**. Assim, a **tomada de decisão** se torna o foco central deste momento.

3

É FUNDAMENTAL RESSALTAR QUE OS **AUTORES SÃO OS AGENTES QUE COLABORAM NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, SENDO CLASSIFICADOS COMO FORMAIS E INFORMAIS.

• **Agentes Formais:**

Agentes que **atuam diretamente nos âmbitos políticos**
Ex.: Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário



• **Agentes informais:**

São aqueles que **participam na política visando interesses pessoais**, como empresários, sindicatos, movimentos sociais, mídia e atores técnicos (profissionais envolvidos na formulação de políticas públicas).

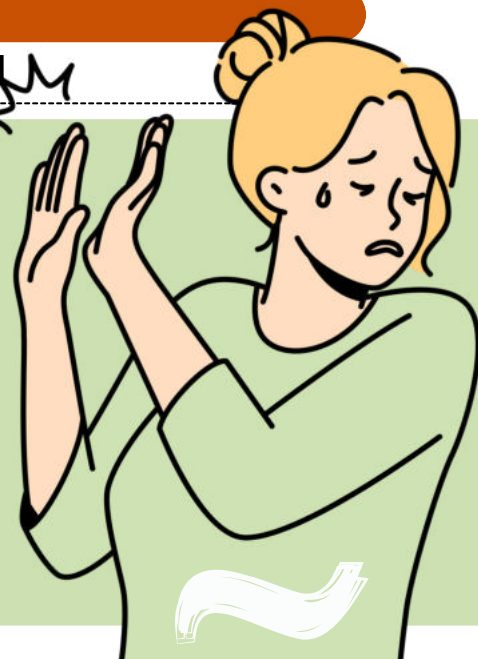


DICA

CONECTIVOS LÓGICOS

CONECTIVO "NÃO"
NEGAÇÃO

O conectivo "NÃO," representado pelo símbolo "!" ou "~", é uma **operação lógica que nega o valor de verdade de uma proposição**. Isso significa que **se a proposição original for verdadeira, a negação dela será falsa, e se a proposição original for falsa, a negação dela será verdadeira**.



A negação é uma operação lógica fundamental e é **frequentemente usada em conjunto com outros conectivos para criar expressões lógicas mais complexas**.

EXEMPLO:

- Proposição Original: "O céu está azul."
 - Negação: "O céu não está azul."**
 - Se a proposição original for verdadeira (o céu está azul), a negação é falsa (o céu não está azul). E vice-versa.
- Proposição Original: "Ele é um estudante universitário."
 - Negação: "Ele não é um estudante universitário."**
 - Se a proposição original for verdadeira (ele é um estudante universitário), a negação é falsa (ele não é um estudante universitário). E vice-versa.
- Proposição Original: "O carro custa mais de \$20.000."
 - Negação: "O carro não custa mais de \$20.000."**
 - Se a proposição original for verdadeira (o carro custa mais de \$20.000), a negação é falsa (o carro não custa mais de \$20.000). E vice-versa.

TABELA VERDADE DA NEGAÇÃO

TERÁ **VALOR FALSO** QUANDO A **PROPOSIÇÃO FOR VERDADEIRA E VICE-VERSA**.

p	q
V	F
F	V





DICA

IMPLICAÇÃO LÓGICA III

IMPLICAÇÃO LÓGICA COMPOSTA

COMO RESOLVER QUESTÕES DE IMPLICAÇÃO LÓGICA COMPOSTA?

A implicação lógica composta **refere-se a uma situação em que várias premissas estão relacionadas por meio de conectivos lógicos, e essas premissas juntas implicam uma conclusão**. Para determinar **se a conclusão é válida, você deve analisar as premissas compostas e aplicar as regras da lógica para verificar se a conclusão segue logicamente das premissas dadas**.

✓ **1. Identifique as Premissas:** Veja todas as proposições dadas na questão.

Normalmente aparecem com letras:

- p: "João estuda"
- q: "João passa na prova"
- r: "João trabalha"

Às vezes a premissa já vem composta, por exemplo:

- $p \rightarrow q$
- $(p \wedge r) \rightarrow q$
- $\neg p \vee q$

👁 Sempre leia devagar e simbolize.

✓ **2. Analise as Conexões Entre as Premissas:** Veja quais conectivos as ligam:

- \wedge (E – conjunção)
- \vee (OU – disjunção)
- \neg (negação)
- \rightarrow (implicação)
- \leftrightarrow (bicondicional)

⚠ A implicação é a queridinha das bancas!

✓ **3. Aplique Tabela-Verdade (quando necessário):** Você não precisa montar a tabela inteira, só entender:

🎯 **Regras que resolvem 80% das questões:**

- **Conjunção** ($p \wedge q$) só é verdadeira quando ambas são verdadeiras.
- **Disjunção** ($p \vee q$) só é falsa quando ambas são falsas.
- **Implicação** ($p \rightarrow q$) só é falsa quando $V \rightarrow F$.
- **Negação** ($\neg p$) inverte.
- **Bicondicional** ($p \leftrightarrow q$) é verdadeira quando ambos têm o mesmo valor.

✓ **4. Teste a Conclusão**

- **A banca pergunta:** A conclusão segue das premissas? A argumentação é válida?
- Para isso, verifique:

👉 Existe alguma situação em que as **P premissas** são **verdadeiras** e a **conclusão é falsa**?

- Se sim \rightarrow argumento inválido
- Se não \rightarrow argumento válido

DICA

ANÁLISE COMBINATÓRIA IV



PERMUTAÇÕES

O problema das permutações é uma parte importante da Análise Combinatória e envolve o cálculo do número de anagramas ou rearranjos possíveis de uma palavra ou conjunto de elementos.

O QUE ISSO SIGNIFICA?



A permutação de uma palavra envolve todas as maneiras possíveis de rearranjar suas letras, de forma que cada rearranjo seja considerado um anagrama válido.

Por exemplo, **considere a palavra "ABC"**.

Algumas das permutações possíveis incluem:

- ABC
- ACB
- BAC
- BCA
- CAB
- CBA

O número total de permutações de uma palavra de **n letras** é dado por **$n!$** (fatorial de **n**), onde **$n!$** representa o produto de todos os números inteiros de 1 a **n**.

Portanto, no exemplo acima, como a palavra tem 3 letras, **existem $3!=6$ permutações possíveis**.

Atenção

- O número fatorial **$n!$** **representa o produto de todos os números naturais de 1 a n**. Isso pode ser expresso matematicamente como **$(n-1) \cdot (n-2) \cdot \dots \cdot 2 \cdot 1$** .

Por exemplo, $5!=5 \cdot 4 \cdot 3 \cdot 2 \cdot 1=120$.

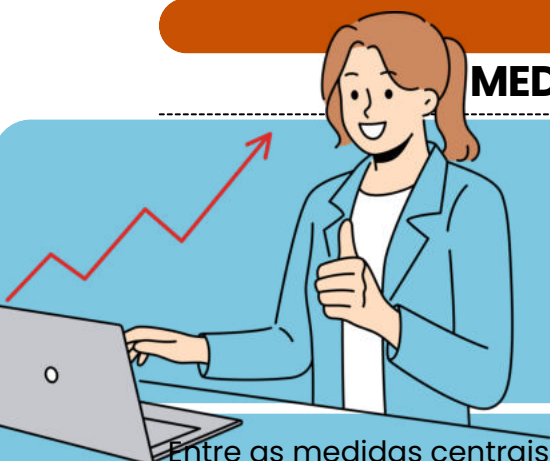
- Um número fatorial **contém todos os fatoriais de números naturais anteriores a ele**. Por exemplo, **$5!=5 \cdot 4!$** , o que significa **que $5!$ inclui $4!$ como parte de seu cálculo**. Da mesma forma, $4!$ inclui $3!$, e assim por diante.

DICA

MEDIDAS DE TENDÊNCIA CENTRAL

MÉDIA PONDERADA

o que é isso?



Entre as medidas centrais, a mais utilizada é a média. Existem vários tipos de média, mas as mais comuns são a **média aritmética simples** e a **média aritmética ponderada**.

Na média aritmética ponderada, são atribuídos **pesos** para cada um dos valores. Quanto **maior for o peso**, maior será a **influência daquele determinado dado** no valor da média aritmética ponderada.

Para calcular a média aritmética ponderada, utilizamos a fórmula:

$$\bar{x} = \frac{p_1 \cdot x_1 + p_2 \cdot x_2 + p_3 \cdot x_3 + \dots + p_n \cdot x_n}{p_1 + p_2 + p_3 + \dots + p_n}$$

Para calcular a média ponderada, calculamos o **produto de cada valor por seu respectivo peso** e, depois, calculamos a soma entre esses produtos e dividimos pela soma dos pesos.

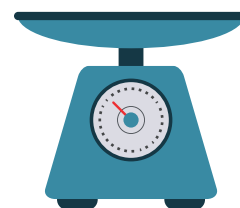
- ✓ $p_1, p_2, p_3, \dots, p_n \longrightarrow$ Pesos
- ✓ $x_1, x_2, x_3, \dots, x_n \longrightarrow$ Valores do conjunto

EXEMPLO NA PRÁTICA:

Durante uma seleção de professores, a prova era dividida em algumas etapas, e cada uma delas tinha um peso. O candidato vencedor seria o que alcançasse maior nota. Vamos encontrar, então, o candidato que possui maior média.



Prova de língua estrangeira \rightarrow **peso 1**
 Prova prática \rightarrow **peso 2**
 Prova específica da área \rightarrow **peso 3**
 Análise de currículo \rightarrow **peso 4**



✓ OS CANDIDATOS ARMANDO E BELCHIOR TIVERAM AS SEGUINTE NOTAS:

CRITÉRIOS	AMANDO	BELCHIOR
LÍNGUA ESTRANGEIRA	10	6
PROVA PRÁTICA	9	7
PROVA ESPECÍFICA	8	8
ANÁLISE DE CURRÍCULO	7	10

Então, calcularemos as médias:

$$\bar{x}_A = \frac{1 \cdot 10 + 2 \cdot 9 + 3 \cdot 8 + 4 \cdot 7}{1 + 2 + 3 + 4}$$

$$\bar{x}_A = \frac{10 + 18 + 24 + 28}{10}$$

$$\bar{x}_A = \frac{80}{10}$$

$$\bar{x}_A = 8,0$$

$$\bar{x}_B = \frac{1 \cdot 6 + 2 \cdot 7 + 3 \cdot 8 + 4 \cdot 10}{1 + 2 + 3 + 4}$$

$$\bar{x}_B = \frac{6 + 14 + 24 + 40}{10}$$

$$\bar{x}_B = \frac{84}{10}$$

$$\bar{x}_B = 8,4$$

O CANDIDATO QUE POSSUI **MAIOR MÉDIA** É O BELCHIOR, LOGO ELE SERÁ CONTRATADO.



DICA

DA SEGURANÇA E DO SIGILO DE DADOS III

SANÇÕES NA LGPD



Conforme disposto no Artigo 52, a aplicação dessas sanções é **discricionária**, levando-se em consideração a **gravidade da infração**, e é realizada pela **Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)**.

As **sanções previstas** são as seguintes:

- Advertência.
- Multa simples, que pode chegar a até **2% do faturamento da empresa**, limitada a R\$50.000.000,00 por infração.
- Multa diária, também **limitada** a R\$50.000.000,00.
- **Publicitação** da infração.
- **Bloqueio** dos **dados pessoais**.
- **Eliminação** dos dados pessoais.

X - **Suspensão parcial** do funcionamento do banco de dados por 6 meses.

XI - **Suspensão do tratamento de dados pessoais** por 6 meses.

XII - **Proibição parcial ou total** de efetuar tratamento dos dados.

AS SANÇÕES SERÃO IMPOSTAS APÓS UM **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO** QUE PERMITA A OPORTUNIDADE DE AMPLA DEFESA, DE MANEIRA GRADUAL, ISOLADA OU CUMULATIVAMENTE.



§ 6º As sanções previstas nos incisos X, XI e XII do caput deste artigo serão aplicadas:

- I. Somente após ao menos uma das sanções mencionadas nos incisos II, III, IV, V e VI do caput deste artigo ter sido **imposta** para o **mesmo caso concreto**;
- II. Em caso de **controladores submetidos a outros órgãos e entidades com competências sancionatórias**, sendo necessária a audição desses órgãos.

§ 7º Os vazamentos individuais ou acessos **não autorizados** mencionados no caput do art. 46 desta Lei podem ser **objeto de conciliação direta entre o controlador e o titular dos dados**.

CASO **NÃO HAJA ACORDO**, O CONTROLADOR ESTARÁ **SUJEITO À APLICAÇÃO DAS PENALIDADES** DESCRITAS NESTE ARTIGO.

DICA

ACESSO À INFORMAÇÃO. LEI Nº 12.527/2011 IV

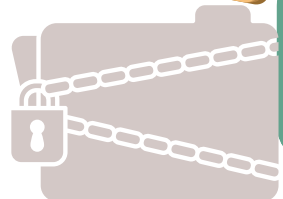
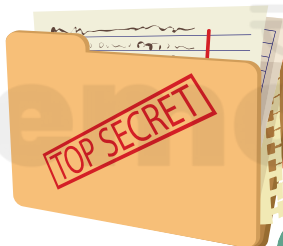
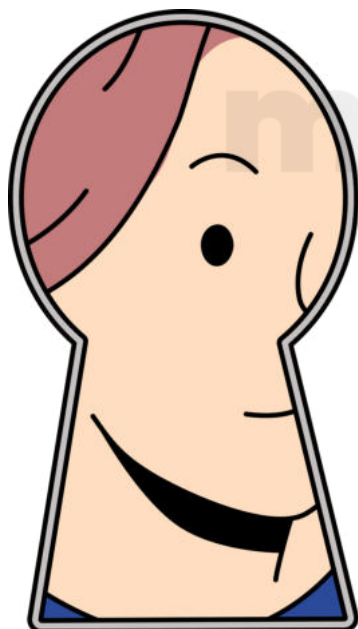
LEI Nº 12.527/2011 IV



A legislação permite que certas informações sejam designadas como **confidenciais**, seguindo critérios estabelecidos nas leis vigentes.

Dados confidenciais são aqueles que, se divulgados, poderiam **prejudicar a segurança nacional**, a **defesa**, ou as **relações exteriores do país**, entre outros aspectos.

A legislação contempla **três níveis de confidencialidade** para informações governamentais: **ultrassecreto**, **secreto**, **reservado**.



ULTRASSECRETO:

Informações cuja divulgação pode causar danos graves à segurança do Estado ou às relações exteriores. O **prazo máximo de confidencialidade é de 25 anos**, podendo ser prorrogado.

SECRETO:

Informações cuja divulgação pode prejudicar a segurança do Estado ou interesses nacionais. O **prazo máximo de confidencialidade é de 15 anos**.

RESERVADO:

Informações cuja divulgação pode afetar a administração pública ou interesses públicos. O **prazo máximo de confidencialidade é de 5 anos**.

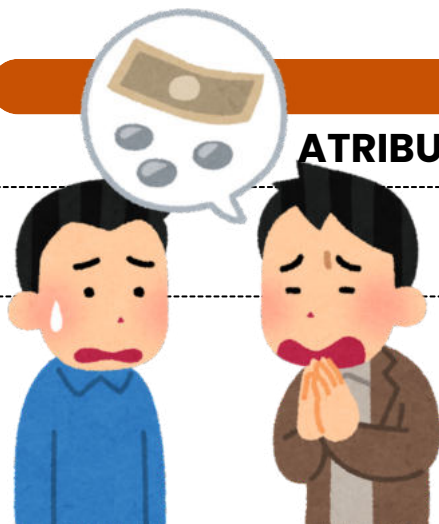
- Além das **informações pessoais**, que por natureza devem ser **protegidas**, como os dados pessoais dos cidadãos, a legislação estabelece normas específicas para o **tratamento e acesso** a essas informações, garantindo a privacidade e proteção dos dados pessoais.
- Adicionalmente, a lei reconhece que certas informações podem ser sujeitas a **sigilo** por **órgãos ou entidades que ainda não estabeleceram uma classificação específica**. Nesses casos, é necessário **justificar** a necessidade do sigilo e definir um **prazo para a divulgação**.

DICA

ATRIBUTOS DO PODER DE POLÍCIA

ATENÇÃO!

Esses atributos são apontados pela doutrina!



Os **atributos do poder de polícia** são características essenciais que definem a **natureza** e o **escopo** desse poder administrativo. Existem **três atributos principais** do poder de polícia, que são:

1

Discricionariedade

O poder de polícia é exercido com certa margem de **discricionariedade** por parte da administração pública. Isso significa que as **autoridades têm a capacidade de tomar decisões e adotar medidas de acordo com a situação específica**, desde que se mantenham dentro dos **limites legais** e dos **princípios** que regem a ação administrativa.

2

Coercibilidade

O poder de polícia permite que a **administração use medidas coercitivas** para fazer **cumprir as regulamentações e restrições estabelecidas**. Isso pode envolver a aplicação de sanções, multas, embargos ou outras ações coercitivas para garantir a conformidade com as regras e proteger o interesse público.

3

Autoexecutoriedade

A característica de **autoexecutoriedade** implica que, em geral, **não é preciso submeter previamente os atos administrativos ao Poder Judiciário** antes de executá-los. Em outras palavras, graças a essa **autoexecutoriedade**, a administração pública tem a capacidade de aplicar diretamente às pessoas o conteúdo de seus atos administrativos, sem requerer autorização judicial prévia.



Esses atributos garantem que o **poder de polícia seja uma ferramenta eficaz para o governo regular e controlar as atividades individuais de maneira apropriada**, com base em critérios legais e com o propósito de alcançar o interesse coletivo e a harmonia social.



DICA

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO I

A responsabilidade civil do Estado refere-se à **obrigação legal que o Estado tem de reparar os danos causados a terceiros em virtude das ações ou omissões de seus agentes, serviços públicos ou políticas públicas.**

Em outras palavras, quando o Estado, por meio de seus funcionários, serviços ou decisões, causa prejuízo a indivíduos ou entidades, ele pode ser responsabilizado e obrigado a indenizar as vítimas pelos danos sofridos.

Todas as pessoas **de direito público respondem objetivamente** pela ação de seus agentes (conduta comissiva).

Existem **dois principais tipos de responsabilidade civil** do Estado, vamos conhecer?

RESPONSABILIDADE OBJETIVA (OU TEORIA DO RISCO ADMINISTRATIVO)

Nesse tipo de responsabilidade, **o Estado é considerado responsável pelos danos causados, independentemente de haver culpa por parte dos agentes públicos.** Basta que **seja demonstrada a relação de causa e efeito entre a ação ou omissão do Estado e o dano sofrido pela vítima.** O fundamento para essa responsabilidade é o risco inerente às atividades estatais, uma vez que o Estado detém o monopólio do uso da força e exerce diversas funções em benefício da sociedade.

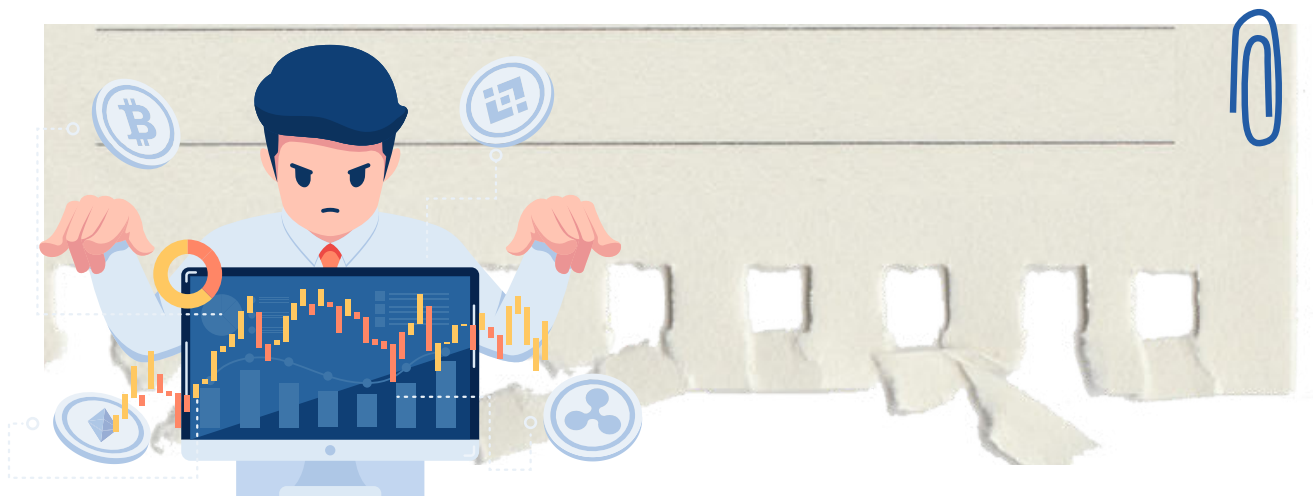
RESPONSABILIDADE SUBJETIVA (OU TEORIA DA CULPA)

Nesse tipo de responsabilidade, **a vítima precisa provar não apenas a relação de causa e efeito entre o dano e a ação do Estado, mas também a existência de culpa ou dolo por parte dos agentes públicos.** Ou seja, é necessário demonstrar que houve negligência, imprudência ou imperícia por parte do Estado ou de seus agentes para que a responsabilidade seja configurada.



DICA

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA I



O controle da Administração Pública refere-se ao conjunto de mecanismos e procedimentos pelos quais são avaliadas e fiscalizadas as atividades e condutas dos órgãos, agentes e entidades que compõem a administração estatal. O objetivo primordial desse controle é assegurar que a Administração Pública atue de acordo com os princípios legais, éticos e constitucionais, promovendo a transparência, a eficiência, a legalidade e a prestação de serviços de qualidade aos cidadãos.

Conforme observação, a administração pública está sujeita a ser fiscalizada por entidades pertencentes a todos os Poderes (Legislativo, Judiciário e Executivo), em várias etapas de suas atividades, as quais podem abranger diversos aspectos da sua atuação.

Vamos agora **categorizar as modalidades** de controle?

ÓRGÃO CONTROLADOR

Controle poderá ser administrativo, legislativo ou judicial.

ASPECTO CONTROLADO

O controle poderá ser de legitimidade/legalidade ou ainda de mérito.

MOMENTO DE EXERCÍCIO

Controle poderá ser prévio, concomitante ou posterior.

ORIGEM

Controle poderá ser interno, externo e popular.

AMPLITUDE

Controle poderá ser hierárquico e finalístico.

DICA





IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA II

SANÇÕES



As sanções constitucionalmente previstas para casos de improbidade administrativa estão dispostas no artigo 37, parágrafo 4º, da Constituição Federal do Brasil.

Essas sanções incluem:

-  **Perda da função pública:** O agente público condenado por improbidade administrativa **pode ser afastado do cargo, emprego ou função pública que esteja exercendo, além de ficar proibido de assumir cargos públicos** futuramente.
-  **Indisponibilidade dos bens:** A indisponibilidade dos bens significa que **os bens do agente podem ser bloqueados ou indisponibilizados, impedindo sua venda, transferência ou alienação** de forma a assegurar que, caso a condenação seja confirmada, os recursos estejam disponíveis para ressarcir o dano causado ao erário.
-  **Ressarcimento ao erário:** O agente público ou particular responsável pela improbidade administrativa **é obrigado a reparar integralmente o dano causado aos cofres públicos ou ao patrimônio do Estado.**
-  **Suspensão dos direitos políticos:** A suspensão dos direitos políticos **implica na privação temporária do direito de votar e ser votado em eleições.** O período de suspensão varia de acordo com a gravidade da conduta.

mnemônico
PIRS

Perda da função pública;
Indisponibilidade dos bens;
Ressarcimento ao erário;
Suspensão dos direitos políticos;



DICA

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA III

ENRIQUECIMENTO ILÍCITO



Entendendo o Primeiro Ato de Improbidade Administrativa

- O primeiro conjunto de atos de improbidade administrativa é provavelmente o mais comum e evidente para a população em geral.

A Lei de Improbidade Administrativa **combate a corrupção entre agentes públicos que recebem vantagens financeiras de terceiros interessados em subverter a Administração Pública para seus próprios interesses**. A parte de enriquecimento ilícito da lei ataca diretamente as diferentes formas de corrupção.

- O Art. 9º da Lei de Improbidade Administrativa, que foi alterado pela Lei 14.230/14, **estabelece que o enriquecimento ilícito por meio da obtenção de vantagem patrimonial indevida em razão do cargo deve ter ocorrido por meio de prática dolosa**.

- receber propina (em dinheiro ou bens) para facilitar ou praticar qualquer ato que seja de interesse de terceiros dentro da administração pública ;
- receber propina ou aceitar promessa de vantagem econômica para tolerar a exploração ou prática de jogos de azar, lenocínio, de narcotráfico, contrabando, usúria ou outras atividades ilícitas;
- se utilizar, em benefício próprio, de quaisquer bens móveis, ou do trabalho do trabalho de servidores, empregados ou terceiros contratados pela administração pública, utilizar dos bens públicos para aumentar o patrimônio próprio.

A nova lei de improbidade administrativa **alterou a redação de alguns incisos para determinar de maneira mais precisa as condutas criminosas**.

- Por exemplo, no inciso VI, **a obtenção de enriquecimento ilícito pode ocorrer por meio do recebimento de propina** para "fazer declaração falsa sobre qualquer dado técnico que envolva obras públicas". Antes, a declaração falsa se referia somente a "medição e avaliação de obras públicas."
- Outra mudança pode ser observada no inciso VII, que agora **oferece condições de defesa mais justas ao agente público acusado**, com a inclusão da seguinte parte destacada: "adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, de cargo, de emprego ou de função pública, e em razão deles, bens de qualquer natureza, decorrentes dos atos descritos no caput deste artigo, cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público, assegurada a demonstração pelo agente da licitude da origem dessa evolução".

→ clique aqui para conhecer o material completo

TÉCNICO LEGISLATIVO – ASSISTENTE LEGISLATIVO E ADMINISTRATIVO

DICA

GRATUIDADE E ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;

LXXVI - são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei: a) o registro civil de nascimento; b) a certidão de óbito;

O inciso LXXIV do artigo 5º da Constituição Federal, estabelece que mesmo para aqueles que não possuam os recursos financeiros para custear os serviços advocatícios, o **direito ao acesso à justiça é assegurado**. Assim sendo, é responsabilidade do Estado suportar os gastos indispensáveis para garantir que esse direito não seja violado.

Já o inciso LXXVI trata da **isenção de custos** para os registros públicos de nascimento e óbito, garantindo que aqueles que **são reconhecidos como economicamente carentes** não precisarão efetuar pagamento pela emissão das certidões de nascimento e óbito.





mnemônico

DOR CHHA

**DIREITO DE PETIÇÃO;
OBTENÇÃO DE CERTIDÕES;
REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO;
CERTIDÃO DE ÓBITO;
HABEAS CORPUS;
HABEAS DATA;
AÇÃO POPULAR;**

GRATUIDADE



Lembre-se!



Observe que a gratuidade estipulada no inciso, se aplica **exclusivamente** ao registro de nascimento e à certidão de óbito.



É crucial evitar a armadilha de estender esse direito à certidão de casamento, por exemplo. Lembre-se que os procedimentos essenciais para o pleno exercício da cidadania também são isentos de taxas, conforme regulamentado pela legislação.



DICA

DIREITOS POLÍTICOS - PARTE VI

Esse inciso costuma ser cobrado em sua literalidade. Memorize-o!

Art. 14. §1º - O alistamento eleitoral e o voto são:

I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

II - facultativos para: a) os analfabetos; b) os maiores de setenta anos; c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

§ 2º - Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

Previsão constitucional: Art. 14º, CF.

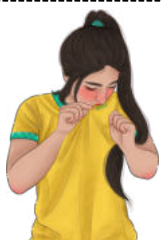
CAPACIDADE ELEITORAL ATIVA

A **capacidade eleitoral ativa** representa a **habilidade de um indivíduo para exercer seu direito de voto** durante eleições, plebiscitos e referendos. No contexto brasileiro, essa capacidade é **conquistada mediante a inclusão nos registros da Justiça Eleitoral**, estando sujeita ao processo de alistamento eleitoral, que ocorre mediante solicitação do interessado.

Além de facultar o poder de votar, a condição de eleitor **confere ao cidadão uma posição de participação na comunidade**, capacitando-o para desfrutar de vários outros direitos políticos, incluindo a possibilidade de apresentar ações populares ou contribuir para a iniciativa popular de leis.

No entanto, é importante destacar que a **elegibilidade para ser votado não é necessariamente automática**. Para essa finalidade, são requeridos o cumprimento de critérios adicionais.

Vamos ver quais são esses critérios?



apenas brasileiros
(natos ou naturalizados)
poderão se alistar.



portugueses
equiparados poderão
se alistar como
eleitores.



alistamento eleitoral é
vedado aos conscritos,
durante o serviço militar
obrigatório

ALISTAMENTO OBRIGATÓRIO

maiores de



ALISTAMENTO FACULTATIVO

analfabetos;
maiores de 70 (setenta) anos;
os maiores de 16 (dezesseis) e
menores de 18 (dezoito) anos.



DICA

DIREITOS POLÍTICOS – PARTE VIII

DIREITOS POLÍTICOS NEGATIVOS

Os **direitos políticos negativos**, também conhecidos como restrições ou limitações aos direitos políticos, **referem-se às situações em que certas pessoas têm seus direitos políticos restringidos ou suspensos** devido a circunstâncias específicas. Isso geralmente ocorre como **resultado de condenações criminais, falta de capacidade mental ou outros fatores** que possam comprometer a capacidade de um indivíduo de participar plenamente do processo político.

Podemos dividir as inelegibilidades em dois grandes grupos:

INELEGIBILIDADES ABSOLUTAS:

São restrições ligadas às **características pessoais do indivíduo que impedem sua candidatura e, conseqüentemente, sua participação em qualquer cargo político**. Estas restrições são explicitamente estabelecidas na Constituição Federal e não podem ser criadas novas inelegibilidades absolutas por meio de legislação que não seja de natureza constitucional.



os inalistáveis (pessoas que não podem ser alistadas eleitoralmente) e os analfabetos.

É importante notar que, apesar dos analfabetos terem o direito de votar (voto facultativo), não possuem a elegibilidade para serem votados.



os conscritos durante o período de serviço militar obrigatório;

INELEGIBILIDADES RELATIVA:

Referem-se a **regras que impedem a candidatura a certos cargos políticos, devido a circunstâncias específicas delineadas** na Constituição ou em leis complementares. Tais restrições não estão diretamente vinculadas às características pessoais do indivíduo e, portanto, **não resultam em um impedimento completo para o exercício de qualquer cargo político**. Isso significa que uma pessoa pode ser impedida de se candidatar a determinados cargos, mas ainda ter a possibilidade de concorrer a outros.



inelegibilidade relativa por motivo de casamento, parentesco ou afinidade (conhecida como inelegibilidade reflexa);



inelegibilidade relativa relacionada à condição de militar.

DICA

LEI N. 14.133/2021 – LICITAÇÕES PÚBLICAS



DISPENSA DE LICITAÇÃO



A dispensa ocorre quando a lei permite não realizar licitação, mesmo havendo possibilidade de competição.

A Lei nº 14.133/2021 estabelece os casos em que a licitação é dispensável

Pequenos valores

- Até R\$ 100.000,00 → obras, serviços de engenharia e manutenção de veículos 🚗
- Até R\$ 50.000,00 → outros serviços e compras 🛒

Licitação anterior sem sucesso (até 1 ano)

- Sem interessados ou propostas inválidas.
- Propostas muito acima do mercado.

Casos específicos:

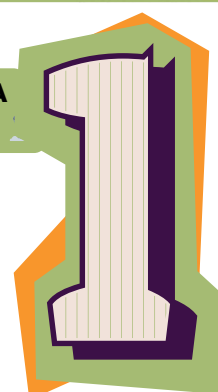
- Peças para manutenção durante garantia 🛠️
- Acordo internacional com condições vantajosas 🌐
- Pesquisa e desenvolvimento (até R\$ 300.000 em obras/serviços) 🔬
- Transferência/licenciamento de tecnologia 📡
- Gêneros perecíveis (hortifrúti, pães etc.) 🥬
- Alta complexidade tecnológica e defesa nacional 🛡️
- Padronização das Forças Armadas 🚢✈️🚚
- Operações de paz no exterior 🌐
- Abastecimento de tropas em trânsito 🚚
- Reciclagem por cooperativas de baixa renda ♻️
- Obras de arte e objetos históricos 🖼️
- Serviços sigilosos de investigação 🔍
- Medicamentos para doenças raras 💊

Situações estratégicas e emergenciais:

- Cumprir objetivos da Lei de Inovação (Lei 10.973/2004) 💡
- Segurança nacional ⚠️
- Guerra, estado de defesa/sítio, intervenção federal 🇧🇷



EMERGÊNCIA OU CALAMIDADE PÚBLICA
(PRAZO MÁX. 1 ANO, SEM PRORROGAÇÃO)





DICA

LEI N. 14.133/2021 – LICITAÇÕES PÚBLICAS



DISPENSA DE LICITAÇÃO



A dispensa ocorre quando a lei permite não realizar licitação, mesmo havendo possibilidade de competição.

A Lei nº 14.133/2021 estabelece os casos em que a licitação é dispensável

Contratações internas e institucionais:

- Compra de bens/serviços de órgãos públicos criados para esse fim 🏛️
- Intervenção no domínio econômico 💰
- Contrato de programa com ente federativo 🤝
- Transferência de tecnologia para produtos estratégicos do SUS 🏥
- Profissional técnico para comissão avaliadora 🧠
- Associação sem fins lucrativos de pessoas com deficiência ♿
- Instituição brasileira sem fins lucrativos para ensino, pesquisa e inovação 🎓
- Fundação que produz insumos estratégicos para saúde 🩺
- Entidade sem fins lucrativos para cisternas e acesso à água 💧
- Entidade sem fins lucrativos para Cozinha Solidária 🍲



DETALHES IMPORTANTES

- **Valores** → somatório anual por unidade gestora e por objeto semelhante.
- **Consórcios públicos/agências executivas** → limites dobrados.

http://



Preferência: publicar aviso no site oficial por mín. 3 dias úteis para receber propostas.

Preferência: pagamento via cartão de pagamento (extrato no PNCP).



OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA P&D → SEGUEM REGULAMENTO ESPECIAL.

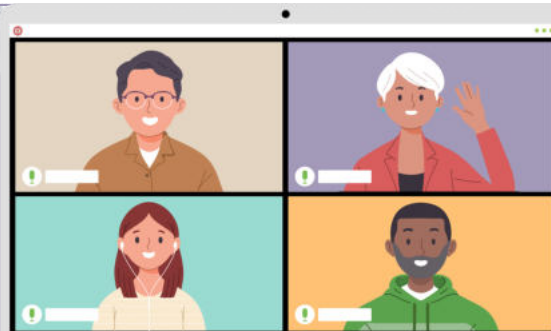
Emergência = manter serviço público + seguir valores de mercado.



DICA

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS IV

SESSÕES
ORDINÁRIAS E
EXTRAORDINÁRIAS



Você sabe qual a diferença?

SESSÕES ORDINÁRIAS

Estas são **programadas e ocorrem durante os períodos regulares do calendário legislativo**. Se uma sessão estiver agendada para um sábado, domingo ou feriado, ela é transferida para o próximo dia útil. Durante as sessões ordinárias, a Câmara dos Deputados aborda uma ampla gama de questões legislativas e administrativas.

As sessões ordinárias **ocorrem a partir de:**

02 até 17 e de: 01 até 22
fevereiro julho agosto dezembro

SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS

Estas **são excepcionais** e acontecem quando o Congresso Nacional é convocado **para tratar de uma matéria específica e urgente**. Essas sessões são uma resposta a circunstâncias extraordinárias que exigem a atenção imediata do Congresso.



Durante as sessões extraordinárias, a Câmara dos Deputados **delibera somente sobre o assunto que motivou a convocação**, deixando de lado a pauta legislativa regular.

LEMBRE-SE!

É importante observar que, a **cada ano, a partir de 2 de fevereiro, uma nova sessão legislativa tem início**. Antes do início da primeira e da terceira sessão legislativa, são realizadas **sessões preparatórias** para estabelecer a agenda e cumprir formalidades relacionadas à legislatura que se inicia.

DICA

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS XV

SECRETARIA DA MULHER



A Secretaria da Mulher tem como objetivo principal **promover a igualdade de gênero e proteger os direitos das mulheres, em âmbito nacional e internacional**, por meio de debates e discussões relevantes na Câmara dos Deputados.

Qual a sua composição?

SECRETARIA DA MULHER



PROCURADORIA
DA MULHER



COORDENADORIA
DOS DIREITOS DA
MULHER



COMITÊ DE DEFESA
DA MULHER



OBSERVATÓRIO
NACIONAL DA
MULHER

A Secretaria da Mulher é composta pela Procuradoria da Mulher e pela Coordenadoria dos Direitos da Mulher, que **atuam independentemente, abordando questões de gênero e representação parlamentar das mulheres**.

A Secretaria também oferece **suporte às funcionárias da Câmara dos Deputados por meio do Comitê de Defesa da Mulher contra Assédio Moral ou Sexual**. Além disso, o Observatório Nacional da Mulher na Política **monitora e analisa a participação feminina na vida política do país**.

DICA

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS XXXXI



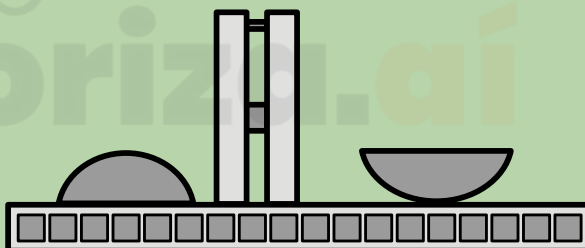
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO



Uma emenda à Constituição é uma **modificação ou alteração na Constituição de um país**. Ela é um instrumento legal que permite **ajustar a Constituição para refletir mudanças na sociedade, na política ou em outras circunstâncias**, sem a necessidade de reescrever inteiramente a Constituição.

EMENDAS À CONSTITUIÇÃO **PODEM SER PROPOSTAS POR DIFERENTES ATORES**, INCLUINDO:

- I) Um terço dos Deputados.
- II) Um terço do Senado Federal.
- III) Pelo Presidente da República.
- IV) Por mais da metade das Assembleias Legislativas.



LEMBRE-SE!

- Quando a proposta de emenda à Constituição é apresentada pelo Presidente da República ou por um terço dos Deputados, a **Câmara dos Deputados é o primeiro órgão a analisar a proposta**.
- Por outro lado, se a proposta de emenda à Constituição é iniciada por um terço dos Senadores ou pelas Assembleias Legislativas (desde que atendidos os requisitos constitucionais), **a deliberação terá início no Senado Federal**.

DICA

GESTÃO DE PESSOAS

FUNÇÕES DA GESTÃO DE PESSOAS I

→ A gestão de pessoas é o **coração pulsante** das **organizações**, encarregada de cuidar dos **colaboradores** como se fossem **tesouros**!

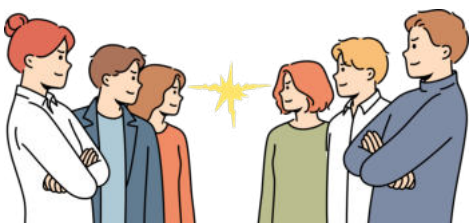
→ Ela se ocupa de tudo: **desenvolvimento**, **bem-estar** e aquele **desempenho** digno de Oscar! Cada pedacinho dessa gestão é como uma peça de um quebra-cabeça que, quando encaixadas, fazem a empresa brilhar.



O grande lance? **Otimizar o desempenho**, criar um ambiente de trabalho que é puro amor e alcançar as **metas estratégicas** da companhia! Segundo o guru Chiavenato, os objetivos dessa área de gestão de pessoas são como estrelas que guiam a nave!

Objetivos – segundo **Chiavenato**, é como dar um empurrãozinho na **organização** para conquistar suas metas e brilhar na missão!

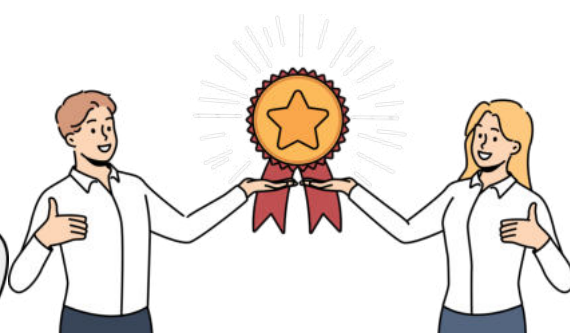
E COMO ISSO É FEITO?



VAMOS TURBINAR A **COMPETITIVIDADE**, EQUIPAR A EQUIPE COM PESSOAS SUPER **TREINADAS** E **MOTIVADAS**, E GARANTIR QUE A QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO SEJA TOP!



É HORA DE ELEVAR A **AUTOATUALIZAÇÃO** E DEIXAR A **SATISFAÇÃO** LÁ EM CIMA!



E NÃO ESQUEÇAMOS DE **ADMINISTRAR A MUDANÇA** COMO VERDADEIROS NINJAS, MANTENDO SEMPRE **POLÍTICAS ÉTICAS** E UM COMPORTAMENTO **SOCIALMENTE RESPONSÁVEL**.

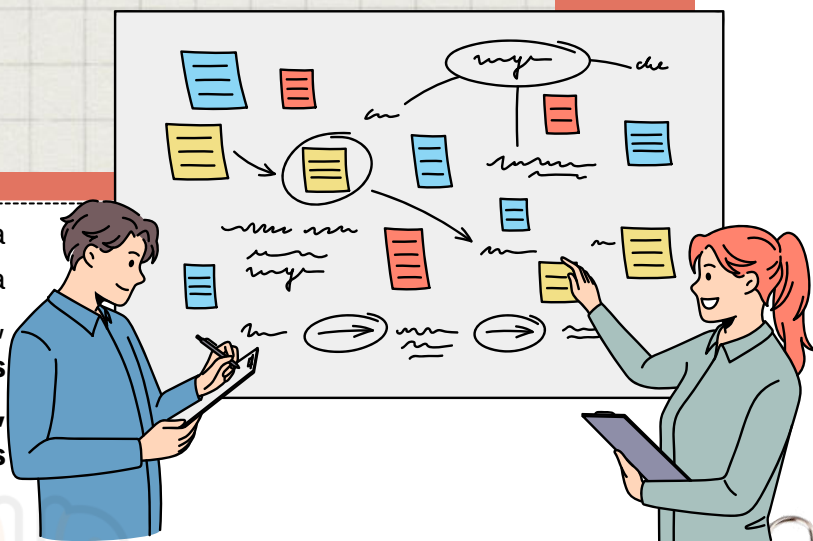
Afinal, o objetivo é **construir a melhor empresa** e a **equipe dos sonhos**!

DICA

PLANEJAMENTO OPERACIONAL

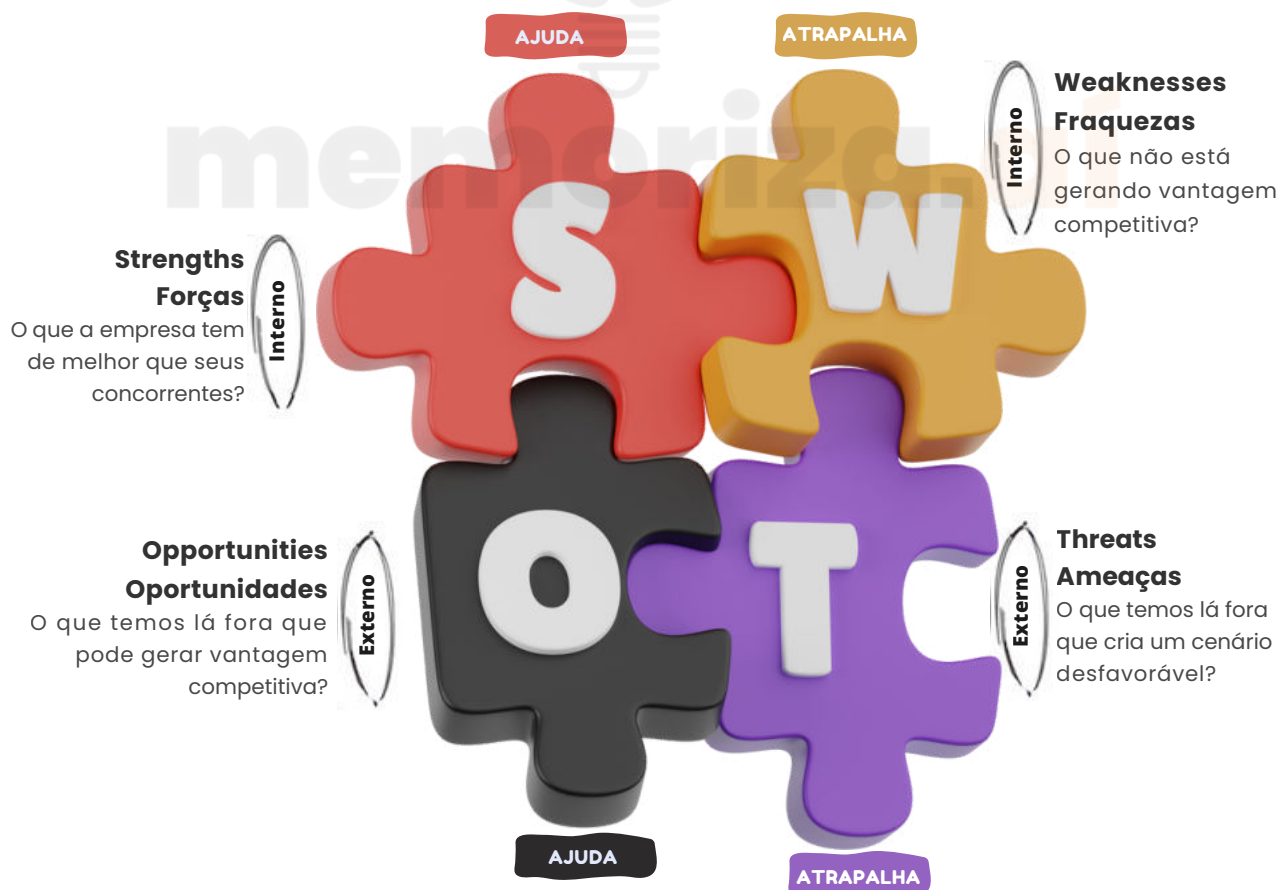
MATRIZ SWOT

A análise SWOT, também conhecida como Matriz SWOT, é uma ferramenta crucial no diagnóstico organizacional, proporcionando aos administradores uma visão sistêmica das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças que a organização enfrenta.



Essa abordagem **permite antecipar potenciais problemas futuros e criar estratégias eficazes** para o desenvolvimento da empresa.

A Matriz SWOT é **uma representação esquemática dividida em quatro quadrantes**, destacando os seguintes aspectos:



DICA

GOVERNANÇA PÚBLICA E SISTEMAS DE GOVERNANÇA III

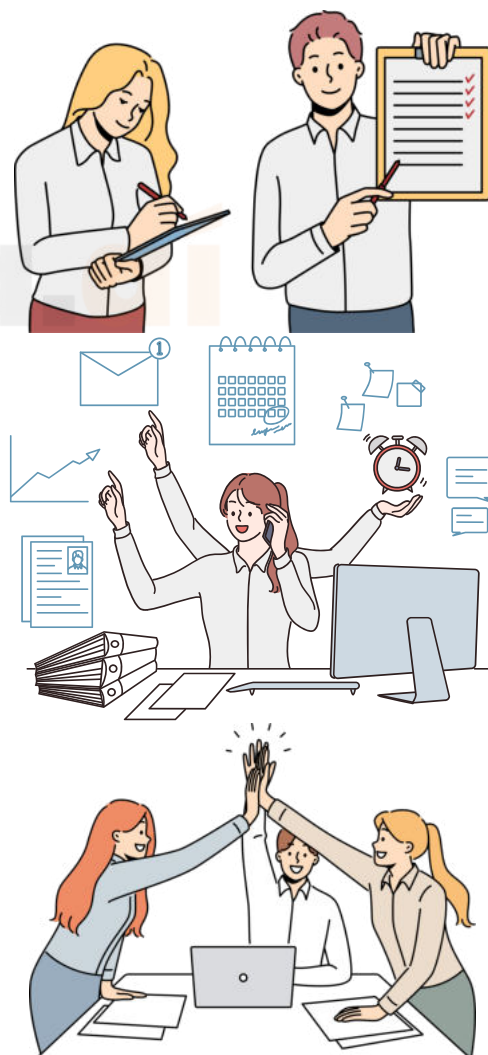
GOVERNANÇA PÚBLICA

Governança pública refere-se ao **sistema pelo qual o Estado é dirigido, monitorado e incentivado** a fim de atender às necessidades da sociedade de forma eficiente, transparente, ética e participativa.

Envolve a **maneira como as políticas públicas são formuladas, implementadas e avaliadas**, bem como a **gestão dos recursos e a prestação de serviços públicos**.

Princípios fundamentais da governança pública incluem:

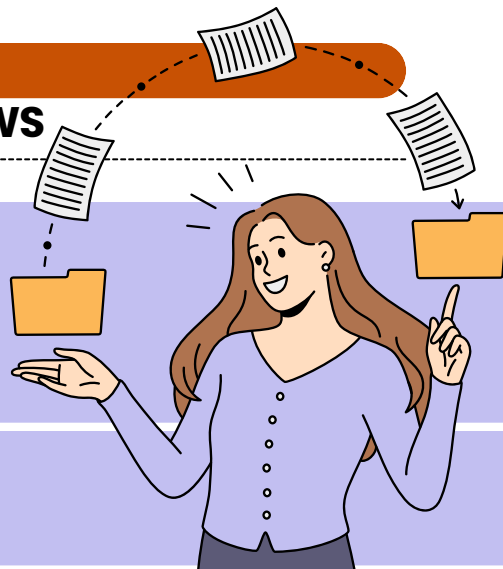
- **Transparência:** Garantir que as ações, decisões e informações do governo sejam acessíveis ao público. Isso promove a prestação de contas e constrói a confiança dos cidadãos.
- **Participação Cidadã:** Incentivar a participação ativa dos cidadãos no processo de tomada de decisões, permitindo que eles contribuam para o desenvolvimento e avaliação de políticas públicas.
- **Responsabilidade:** Definir claramente as responsabilidades das autoridades públicas e garantir que elas sejam responsabilizadas por suas ações. Isso inclui a transparência na gestão de recursos públicos.
- **Eficiência e Eficácia:** Buscar a eficiência na alocação e uso dos recursos públicos, assegurando que as políticas e programas atinjam os resultados desejados.
- **Estado de Direito:** Garantir que as ações do governo estejam em conformidade com a lei e que haja um sistema jurídico robusto para proteger os direitos dos cidadãos.
- **Inovação:** Promover a inovação na prestação de serviços públicos e na gestão governamental para lidar com desafios emergentes.
- **Equidade:** Assegurar que as políticas e programas públicos sejam desenvolvidos e implementados de maneira justa e equitativa, atendendo às necessidades de diferentes grupos da sociedade.



DICA

SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS

GERENCIAMENTO DE ARQUIVOS I



- ✓ O gerenciamento de arquivos é o **conjunto de ações** realizadas para organizar, localizar, mover, copiar, renomear, excluir e classificar arquivos e pastas dentro do sistema operacional.
- ✓ No Windows, essa tarefa é feita principalmente pelo **Explorador de Arquivos**, que oferece recursos visuais e atalhos de teclado para facilitar o trabalho.



atalho







para acessar o Explorador de Arquivos



Já no Windows 11, o Explorador ganhou um design moderno, com menu superior simplificado, ícones coloridos e acesso rápido à nuvem (OneDrive).



não se esqueça desse atalho!

Ação	Caminho / Atalho	Função
 Copiar / Mover	Ctrl + C / Ctrl + X Ctrl V	Duplicar ou mover arquivos e pastas
 Renomear	F2	Alterar nome de arquivo ou pasta
 Excluir permanente	Delete / Ctrl + Z	Enviar à Lixeira ou desfazer exclusão
 Criar nova pasta	Ctrl + Shift + N	Criar diretório vazio
 Pesquisar arquivos	Campo de busca do Explorador	Localizar por nome, tipo ou data
 Navegar entre pastas	Alt + Seta Esquerda / Direita	Voltar ou avançar na navegação



DICA


SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS

ARQUIVOS



PRINCIPAIS TIPOS DE ARQUIVOS E EXTENSÕES

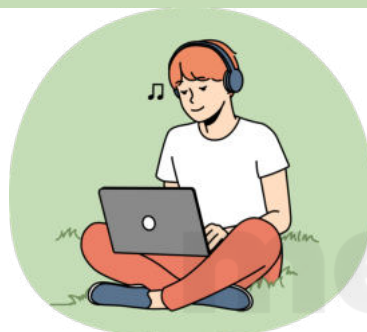


Categoria	Descrição	Extensões
 Texto e Documentos	Arquivos de escrita e edição	.txt .docx .odt .pdf
 Planilhas e Dados	Dados numéricos e tabelas	.xls .xlsx .csv
 Imagens	Fotos e gráficos	.jpg .png .gif .bmp
 Áudio	Sons e músicas	.mp3 .wav .aac
 Programas e Executáveis	Filmes e gravações	.exe .msi .bat
 Compactados	Agrupamento de arquivos	.zip .rar .7z

... Dica prática:

Para exibir extensões ocultas no Windows →

➡ Explorador de Arquivos → Exibir → Mostrar → Extensões de nomes de arquivos.



🌐 Exemplo prático

Você recebe um arquivo chamado **“musica.mp3”**.

➡ Pela extensão **.mp3**, o Windows sabe que é um **arquivo de áudio** e o abre automaticamente com o **reprodutor de mídia**.

Se fosse **“musica.txt”**, seria aberto no Bloco de Notas.

🌐 Exemplo prático

Você baixa um arquivo chamado **“planilha” (sem extensão)**.

➡ O ícone é uma **folha em branco**, e ao clicar, o Windows pergunta com qual programa abrir.

Se você renomear para **“planilha.xls”**, o ícone muda automaticamente e o arquivo passa a abrir no leitor de planilha(excel).

XLS



DICA

CORREIO ELETRÔNICO XVI



WEBMAIL

- ✓ O termo "webmail" refere-se a **serviços de e-mail que são acessados por meio de um navegador da web**, permitindo que os usuários gerenciem suas mensagens de e-mail online, sem a necessidade de instalar um cliente de e-mail dedicado em seu dispositivo.
- ✓ Uma das principais vantagens do webmail é que ele **oferece acesso universal à sua caixa de entrada de e-mail**. Você pode acessar suas mensagens de e-mail de **qualquer dispositivo com um navegador da web e uma conexão à Internet**, o que o torna conveniente para pessoas em movimento.
- ✓ Ao contrário dos clientes de e-mail tradicionais, que exigem instalação e configuração em seu dispositivo, **o webmail não requer nenhum software adicional**. Tudo o que você precisa é de um navegador da web atualizado.
- ✓ Muitos serviços de webmail estão integrados a outros serviços online, como *calendários, armazenamento em nuvem e aplicativos de produtividade*. Isso torna mais fácil para os usuários gerenciar todas as suas tarefas e informações em um único local.

EXEMPLOS DE SERVIÇOS DE WEBMAIL



Outlook.com
(Microsoft)



Yahoo Mail



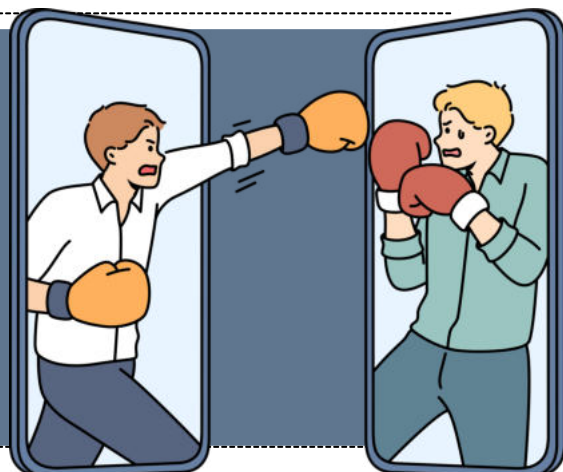
Gmail
(Google)

ANALISTA LEGISLATIVO PROCESSO LEGISLATIVO E GESTÃO

DICA

ATOS ATENTATÓRIOS III

COMPETÊNCIAS DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR



O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar tem como **incumbência zelar pela observância dos preceitos do Código**, atuando para preservar a dignidade do mandato parlamentar na Câmara dos Deputados.



- **Processamento dos Acusados:** Compete ao Conselho **processar os deputados acusados nos casos** e termos previstos no artigo 13 do Código de Ética.

- **Instauração e Condução de Processos Disciplinares:** O Conselho é responsável por **instaurar o processo disciplinar e conduzir todos os atos necessários à sua instrução**, nos casos e termos estabelecidos no artigo 14 do Código.

- **Respostas a Consultas:** O Conselho deve **responder às consultas da Mesa, comissões e deputados sobre matérias de sua competência**, fornecendo orientações e esclarecimentos quando necessário.

- **Organização do Sistema de Acompanhamento e Informações:** O Conselho é encarregado de **organizar e manter o Sistema de Acompanhamento e Informações do Mandato Parlamentar**, conforme estipulado no artigo 17 do Código.



DICA

ATOS ATENTATÓRIOS IV

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ÉTICA E DÉCORO PARLAMENTAR



O Artigo 7º estabelece a composição do **Conselho de Ética e Decoro Parlamentar**, **composto por vinte e um membros titulares e igual número de suplentes**. Salvo na última sessão legislativa da legislatura, cujo encerramento fará cessar os mandatos no Conselho.



2

Todos com mandato de **dois anos**.

- A **representação numérica dos partidos** e blocos parlamentares deve seguir o princípio da proporcionalidade partidária, respeitando as normas do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- O partido ao qual pertencer o **corregedor designará, como titular, um deputado a menos do que o número a que teria direito** com a aplicação do princípio da proporcionalidade partidária.



Não poderá ser membro do Conselho o Deputado:

- Sujeito a um processo disciplinar em curso, por ato incompatível com o decoro parlamentar;
- Recebeu, na legislatura, uma penalidade disciplinar que resultou na suspensão de suas prerrogativas regimentais ou do exercício do mandato, com registro adequado nos anais ou arquivos da Casa;
- Atualmente ocupa o cargo como suplente convocado para substituir o titular;
- Foi condenado em processo criminal por um órgão jurisdicional colegiado, mesmo que a sentença condenatória ainda não tenha sido finalizada.

DICA

DAS PENALIDADES APLICÁVEIS E DO PROCESSO DISCIPLINAR V



PRAZOS PARA DELIBERAÇÃO

o que precisamos saber?

Os processos que envolvem as penalidades previstas nos incisos I, II e III do art. 10 (**censura, suspensão de prerrogativas e suspensão temporária do exercício do mandato**) não podem exceder o **prazo de sessenta dias** para sua deliberação pelo Plenário.



PRAZO PARA PERDA DO MANDATO

No caso de **processos que concluam pela perda do mandato** (inciso IV do art. 10), o prazo para deliberação do Plenário **não pode exceder:**



90

noventa dias.



A Mesa tem o **prazo de dois dias, improrrogável, para incluir o processo na pauta da Ordem do Dia**. Durante esse período, **todas as demais matérias são suspensas**, exceto as previstas no art. 64 da Constituição Federal.



DICA

LÍDERES

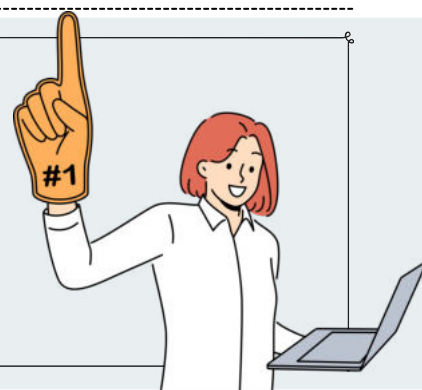


O artigo 4º do Regimento Comum do Congresso Nacional estabelece o **reconhecimento das lideranças das representações partidárias** em cada Casa, conforme os respectivos regimentos internos.

LEMBRE-SE!

O Presidente da República tem a prerrogativa de **indicar um Congressista como Líder do governo, que, por sua vez, pode designar até 18 Vice-Líderes** entre os membros das representações partidárias que ofereçam apoio ao governo.

18



Os **Líderes dos partidos que conquistarem as duas maiores bancadas no Senado Federal e na Câmara dos Deputados** e que mantenham posição divergente da maioria em relação ao governo têm o **direito de indicar Congressistas para desempenhar a função de Líder da Minoria** no Congresso Nacional.

- A escolha do Líder da Minoria ocorre **anualmente e de maneira alternada entre Senadores e Deputados Federais**.

O **Líder da Minoria também possui a prerrogativa de indicar até 18 Vice-Líderes**, escolhidos entre os membros das representações partidárias que compõem a Minoria no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

DICA

DISPOSIÇÕES COMUNS



PROCESSO
LEGISLATIVO

Um projeto de lei aprovado em uma das Casas do Congresso Nacional é **enviado à outra Casa em autógrafos assinados pelo respectivo Presidente.**

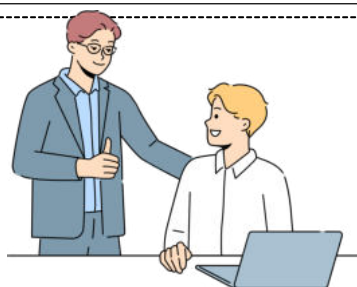
LEMBRE-SE!

- O projeto **deve ter uma ementa.**
- É acompanhado de **cópia ou publicação de todos os documentos, votos e discursos que o instruíram em sua tramitação.**
- A Câmara revisora **pode fazer a retificação de incorreções** de linguagem, desde que **não altere o sentido da proposição.**
- Essa retificação **não constitui emenda** que exija o retorno à Câmara iniciadora.

EMENDAS DA CÂMARA REVISORA

- Se o **projeto for emendado pela Câmara revisora, ela o devolve à Câmara iniciadora**, acompanhado das emendas e da documentação pertinente.
- Ao votar as emendas oferecidas pela Câmara revisora, a Câmara iniciadora **só pode cindir as emendas quando se tratar de artigos, parágrafos e alíneas**, desde que **não modifique ou prejudique o sentido da emenda.**

- Qualquer Senador ou Deputado interessado na discussão e votação de emenda na Câmara revisora **pode participar dos trabalhos das Comissões que sobre ela devam opinar.**
- Eles **têm o direito de discutir a matéria**, mas **não têm direito a voto.**



Projetos aprovados definitivamente devem ser enviados à **sanção no prazo improrrogável de**

10 (dez dias)

DICA

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS II

REQUISITOS PARA
ASSUMIR O CARGO DE
DEPUTADO



Para **assumir o cargo de Deputado Federal no Brasil**, a Constituição Federal estabelece uma série de requisitos que os candidatos devem atender.

Você sabe quais são?

Idade mínima

21
anos

Filiação a um
partido político



dentro do prazo
estabelecido pela
Justiça Eleitoral

Domicílio
eleitoral



no local em que
pretende
concorrer

Nacionalidade



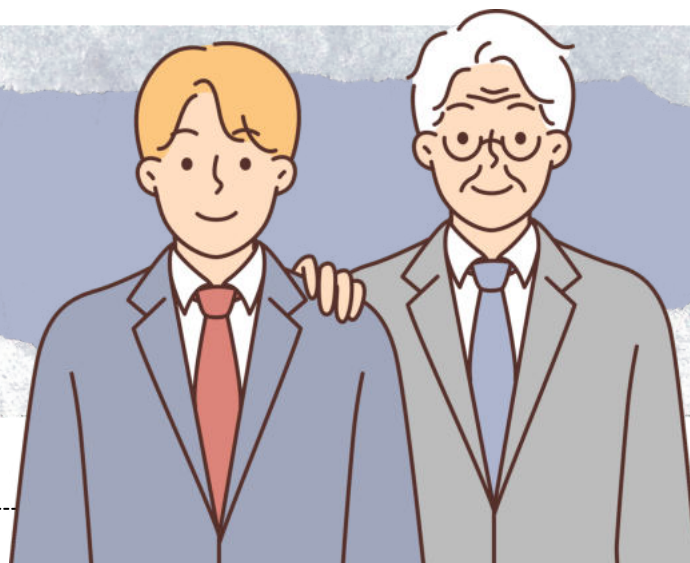
Ser cidadão
brasileiro

LEMBRE-SE!

Não é necessário ser brasileiro nato para se tornar Deputado Federal. No entanto, **o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados** é reservado **apenas a brasileiros natos**.

DICA

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS XXXIII



QUANTIDADE DE DEPUTADOS NA COMISSÃO

CADA COMISSÃO DEVE SER COMPOSTA POR:

17

mínimo de 17 membros



66

máximo de 66 membros

LEMBRE-SE!

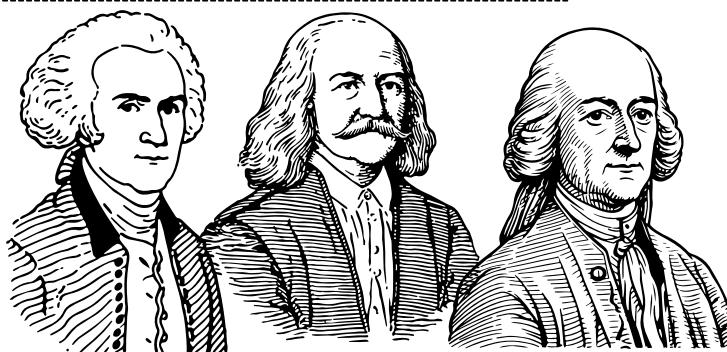
- A alocação das vagas entre os Partidos e Blocos Parlamentares é **estabelecida pela Mesa Diretora da Câmara.**
- A alocação das vagas permanecerá **constante ao longo de toda a legislatura**, ou seja, durante o período legislativo.
- **Cada Partido ou Bloco Parlamentar terá o mesmo número de Suplentes que seus membros efetivos** em cada Comissão, garantindo que a representação seja equitativa.

DICA

TEORIA DO ESTADO E FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS I

FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

A teoria do Estado é um campo de estudo que se concentra na compreensão da natureza, origem, função e organização do Estado. Ela abrange diversas abordagens e perspectivas, incluindo a **teoria contratualista** (como as ideias de Hobbes, Locke e Rousseau), teorias marxistas, teorias pluralistas, entre outras.



Essas teorias buscam explicar **por que os Estados existem, como são formados e qual é o seu papel na sociedade.**

DEFINIÇÃO DE ESTADO

- O Estado é descrito como uma **instituição política que detém o monopólio legítimo do uso da força em um território definido e exerce autoridade sobre a população** residente nesse território.
- O Estado inclui uma **estrutura organizacional composta por órgãos governamentais e desempenha funções essenciais**, como a manutenção da ordem, a proteção dos direitos dos cidadãos, a formulação e implementação de políticas públicas, e a representação internacional.
- Enquanto a **Ciência Política se concentra nas "relações entre o poder e a sociedade"**, a Teoria do Estado se destaca por seu método específico de **observação crítica das interações entre poder e direito**, além de sua ênfase na representação cognitiva traduzida em modelos jurídicos.

TEORIA DO ESTADO VS. DIREITO CONSTITUCIONAL

- A Teoria do Estado concentra-se na **observação crítica das interações entre poder e direito**, analisando essas interações e traduzindo-as em esquemas teóricos e modelos jurídicos.
- O Direito Constitucional, por outro lado, está mais preocupado com o **estudo do direito positivo, ou seja, as leis e normas constitucionais existentes** em um determinado Estado.

DICA

SISTEMAS ELEITORAIS III

SISTEMA MAJORITÁRIO

- Os Senadores são eleitos pelo sistema majoritário simples.
- Há apenas um turno de votação.

- O Senado Federal é composto por representantes dos **26 Estados e do Distrito Federal**.
- O **total de Senadores é de 81**, sendo três representantes por unidade da federação.

REQUISITOS PARA ELEGIBILIDADE

- ✓ Para ser elegível ao cargo de Senador, é **necessário ter pelo menos 35 anos** de idade.
- ✓ Também é **necessário possuir nacionalidade brasileira**, seja nato ou naturalizado.

MANDATO E RENOVAÇÃO

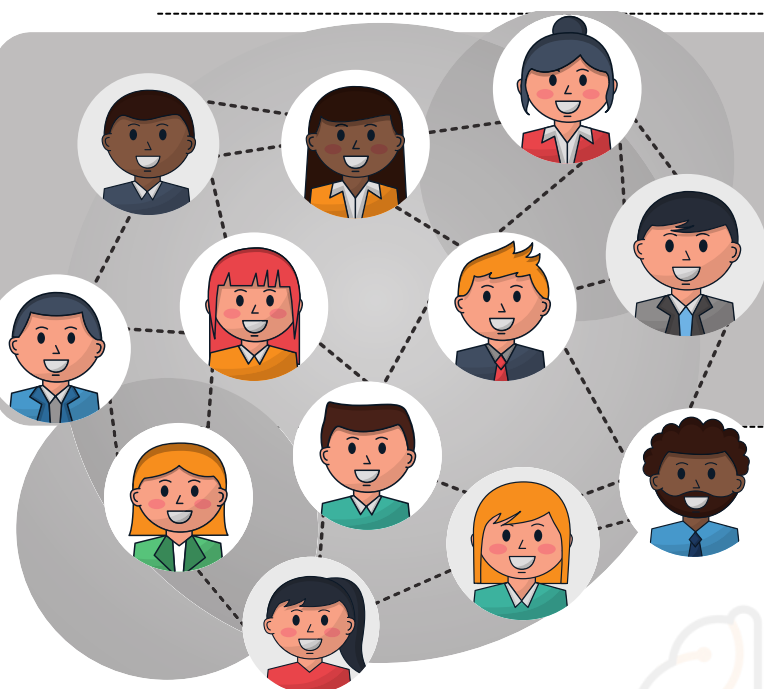
- Os Senadores têm um **mandato de oito anos**, conforme o artigo 46, § 1º, da Constituição Federal.
- A representação de cada Estado e do Distrito Federal é **renovada a cada quatro anos, alternadamente**, por **um e dois terços**, conforme o artigo 46, § 2º



Nas eleições para Presidente da República, Governador e prefeito de municípios com mais de 200.000 eleitores, é **utilizado o sistema majoritário absoluto**, conhecido como sistema majoritário de "dois turnos".

DICA

POLÍTICA INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEA



POLÍTICA INTERNACIONAL CONTEMPORÂNEA

As relações internacionais abrangem a **comunicação entre diversas entidades políticas**, incluindo Estados nacionais, organizações transnacionais, ONGs e até mesmo indivíduos.

RELAÇÕES BILATERAIS

- ✓ O exemplo das relações entre Brasil e Estados Unidos ilustra como as interações entre Estados **são conduzidas por representantes oficiais**. Além disso, **as corporações transnacionais destaca a influência de atores não estatais nessas relações**.
- ✓ Salieta-se a **importância do Estado como a principal unidade política nas relações internacionais**. A política externa é discutida no contexto do Estado, reconhecendo-o como o ator principal nesse âmbito.

MINÚSCULAS VS. MAIÚSCULAS

- Há distinção entre "**relações internacionais**" em minúsculas, referindo-se a **interações amplas entre países em diversos aspectos**, e "**Relações Internacionais**" em maiúsculas, indicando o **campo acadêmico específico dedicado ao estudo dessas interações**.

As Relações Internacionais não são apenas uma prática, mas também um **campo acadêmico dedicado ao estudo das dinâmicas entre diferentes atores políticos e não políticos em escala global**.

Qual a importância das **teorias de relações internacionais e dos métodos associados** para compreender o cenário global?

- A capacidade dos métodos em possibilitar análises e previsões específicas. Implica que, com base nessas abordagens, é **possível antecipar as repercussões de ações internacionais ou analisar seu impacto futuro**.



DICA

PRINCÍPIOS DA SEGURANÇA JURÍDICA

O direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada são formas de garantir que as leis não mudem para prejudicar coisas já estabelecidas.

GARANTEM a

irretroatividade das leis.

LEMBRE-SE!

Essa irretroatividade, entretanto, não é absoluta. O Estado pode editar leis retroativas, **desde que beneficiem os indivíduos**, impondo-lhes situação mais favorável do que a que existia sob a vigência da lei anterior.

definição dos conceitos

O **direito adquirido**: aquele que está incorporado ao patrimônio do particular, uma vez que foram cumpridos todos os requisitos aquisitivos exigidos pela legislação vigente.



exemplo:
se você cumprir todos os requisitos para se aposentar sob a vigência de uma lei X. Após cumpridas as condições de aposentadoria, mesmo que seja criada lei Y com requisitos mais gravosos, você terá direito adquirido a se aposentar.

LEI
não
PREJUDICARÁ

O **ato jurídico perfeito**: aquele que reúne todos os elementos fundamentais exigidos pela lei.



exemplo:

Utilize-se como exemplo um contrato celebrado hoje, sob a influência de uma lei X.



A **coisa julgada**: aquela decisão judicial da qual não há mais recurso.



DICA

AÇÃO POPULAR

LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

Previsão constitucional: Art. 5º, LXXIII, CF.



AÇÃO POPULAR

A ação popular é um recurso constitucional acessível a todos os cidadãos, **utilizado para anular atos prejudiciais ligados ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e aos bens históricos e culturais.**

Quem pode impetrar essa ação?

Esta é uma das **armadilhas mais conhecidas em concursos**, relacionada à ação popular: **somente um cidadão, indivíduo com direitos civis e políticos plenos, tem o direito de entrar com a ação.**

Além disso, essa ação pode ser empregada tanto de forma preventiva (**quando acionada antes da ocorrência do ato prejudicial ao patrimônio público**) como repressiva (**quando o dano já ocorreu**).

Quem pode sofrer essa ação?



Qualquer **pessoa jurídica em cujo nome o ato ou contrato prejudicial** tenha sido (ou estivesse para ser) executado;



Todas as **figuras de autoridade, administradores, servidores e empregados públicos** que tenham tido participação no ato ou contrato prejudicial, ou que tenham se absterido, possibilitando a ocorrência do dano;



Todos os **indivíduos que obtiveram benefícios** diretos do ato ou contrato prejudicial.

DICA

DA NACIONALIDADE
PARTE IV

ALÍNEA "B"

b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;

Previsão constitucional: Art. 12º, I, CF.

Vamos entender isso?

Na alínea "b" da Constituição, é estipulado que **indivíduos nascidos fora do Brasil podem ser considerados brasileiros natos** se tiverem um pai ou mãe brasileiros, desde que pelo menos um deles esteja trabalhando para a República Federativa do Brasil.

É importante destacar que o legislador constituinte optou por usar o princípio do "**jus sanguinis**" aqui, a **obtenção da nacionalidade** segundo essa regra demanda o **cumprimento simultâneo de dois critérios**:



Ser **descendente** de um **pai brasileiro** ou uma **mãe brasileira**, ou de ambos.



Pelo menos **um dos pais**, ou ambos, **devem estar prestando serviços para o Brasil** no exterior.

curiosidade!

Q "jus sanguinis" X



jus sanguinis deriva do latim e significa "direito de sangue". Garante ao indivíduo o direito à cidadania de um país por meio de sua ascendência.

Q "jus solis" X



jus solis: deriva do latim e significa "direito de solo". Garante ao indivíduo o direito à nacionalidade do lugar onde nasceu.



DICA

DIREITOS POLÍTICOS – PARTE VII

CAPACIDADE ELEITORAL PASSIVA

A **capacidade eleitoral passiva** refere-se ao **direito de ser votado e ser elegível para cargos públicos**. Para que um indivíduo possa **adquirir a capacidade eleitoral passiva**, é **necessário que ele atenda aos requisitos estipulados pela Constituição** para a elegibilidade, além de **não se enquadrar em nenhuma das circunstâncias de inelegibilidade**, que são situações que impedem o exercício da capacidade eleitoral passiva.

Vamos ver quais são os requisitos de elegibilidade?

SÃO CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE

Esses incisos costumam ser cobrados em sua literalidade. Memorize-o!

§ 3º – São condições de elegibilidade, na forma da lei:

- I – a nacionalidade brasileira;
- II – o pleno exercício dos direitos políticos;
- III – o alistamento eleitoral;
- IV – o domicílio eleitoral na circunscrição;
- V – a filiação partidária;
- VI – a idade mínima de:

35

TRINTA E CINCO ANOS

para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;

30

TRINTA ANOS

para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;

21

VINTE E UM ANOS

Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice Prefeito e juiz de paz;

18

DEZOITO ANOS

para Vereador.

Previsão constitucional: Art.14, §3º, CF.

LEMBRE-SE!



A elegibilidade **somente será possível pelo cumprimento cumulativo de todos os requisitos** acima relacionados.

DICA

PROCESSO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO IV



PLANO PLURIANUAL



O Plano Plurianual (PPA) é uma **peça orçamentária que estabelece as prioridades e metas de longo prazo da Administração**. De modo regionalizado, o PPA pode dispor sobre as **diretrizes, objetivos e metas para despesas de capital e outras despesas de duração continuada** (com duração igual ou superior a dois exercícios).

O não envio do PPA pelo Chefe do Executivo implica em crime de **responsabilidade**, conforme disposto no art. 165, § 9º, da Constituição Federal. Cabe à lei complementar dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do PPA, da LDO e da Lei Orçamentária Anual (LOA).

o que precisamos saber?



ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS (ADCT)

É **aplicado quando não há lei complementar**. De acordo com o artigo 35, §2º, I, do ADCT, o projeto do Plano Plurianual (PPA) **deve ser encaminhado até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa**.

Portanto, **o PPA terá vigência nos três últimos anos do mandato do Presidente e no primeiro ano do mandato do Presidente seguinte**.

O **prazo para o envio é o mesmo da Lei Orçamentária Anual (LOA)**, que é até 31 de agosto, e a aprovação deve ocorrer até o final da sessão legislativa, que é em 22 de dezembro. Consequentemente, conclui-se que **o PPA é válido por quatro anos**.

DICA

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LEI Nº 101/2000 X



LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL X

despesa pública

Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a **despesa total com pessoal**, em cada **período de apuração e em cada ente da Federação**, **não** poderá **exceder os percentuais da receita corrente líquida**, a seguir discriminados:

LIMITES COM GASTOS DE PESSOAL NA LRF

Para o governo federal

50% da da receita corrente líquida (RCL), assim divididos:

40,9%
Executivo

6%
Judiciário

2,5%
Legislativo

0,6%
Ministério Público

Para os municípios

60% da receita corrente líquida (RCL), da seguinte forma:

54%

Executivo

6%

*Legislativo

*incluindo o Tribunal de Contas do Município, quando houver

Para os estados

60% da receita corrente líquida (RCL), da seguinte forma:

49%

Executivo

6%

Judiciário

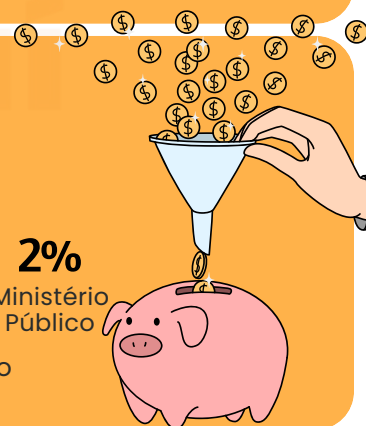
3%

*Legislativo

2%

Ministério Público

*incluindo o Tribunal de Contas do Estado



SANÇÕES PARA QUEM ULTRAPASSAR OS LIMITES (se gastos totais com pessoal ultrapassarem 95% do limite estabelecido)

• **Interrupção de transferências voluntárias** (e a sua contratação) realizadas pelo Governo Federal

• **Impedimento de contratação** de operações de crédito

• **Restrições à concessão de contratação de pessoal e de reajustes** (apenas os aumentos determinados por contratos e pela Justiça são autorizados)

• Impossibilidade para a **obtenção de garantias da União** para a contratação de operações de crédito externo

• O agente administrativo (presidente, governador, prefeito etc) que **ultrapassar** os limites pode ter o **mandato cassado e está sujeito a multa de 30%** dos vencimentos anuais, bem como **inabilitação** para o **exercício da função pública e detenção**, que poderá variar entre 6 meses e 4 anos

DICA

GESTÃO DE PESSOAS

PARTICIPANTES

→ A decisão de um **indivíduo** ou **grupo** de entrar para uma **organização** é como o tempero secreto que mantém a sopa organizacional no ponto!

→ Chiavenato nos conta que esse **equilíbrio** é a prova de fogo do **sucesso da organização** em recompensar seus participantes, seja com grana ou com aquela satisfação que faz o coração sorrir. Esse **ciclo de motivação e contribuição** é o **combustível** que mantém o motor da organização funcionando.

quem são os personagens dessa novela?

Todos que dançam com a **organização**, como funcionários, investidores, fornecedores e clientes!

Vamos dar uma olhadinha nas **trocas** entre esses **grupos** e a **organização**, segundo o mestre Chiavenato:

FUNCIONÁRIOS

CONTRIBUIÇÕES: TRABALHO DURO, DEDICAÇÃO, SUOR E LÁGRIMAS (BRINCADEIRA!), LEALDADE E PRESENÇA.

- **INCENTIVOS:** SALÁRIO, BENEFÍCIOS QUE FAZEM A VIDA MAIS DOCE, PRÊMIOS, ELOGIOS, CHANCES DE BRILHAR E SEGURANÇA NO TRABALHO.

FORNECEDORES

- **CONTRIBUIÇÕES:** MATERIAIS, MATÉRIAS-PRIMAS E SERVIÇOS QUE SÃO COMO OURO PARA A ORGANIZAÇÃO.
- **INCENTIVOS:** PREÇO JUSTO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO QUE FAZEM TODO MUNDO SORRIR E A PROMESSA DE NOVOS NEGÓCIOS.

INVESTIDORES (ACIONISTAS)

- **CONTRIBUIÇÕES:** DINHEIRO NA FORMA DE AÇÕES E EMPRÉSTIMOS, A GRANA QUE FAZ O SHOW ACONTECER!
- **INCENTIVOS:** RENTABILIDADE, LUCROS QUE FAZEM O CORAÇÃO BATER MAIS FORTE, DIVIDENDOS E RETORNO DOS INVESTIMENTOS.

CLIENTES

- **CONTRIBUIÇÕES:** DINHEIRO NA TROCA POR PRODUTOS E SERVIÇOS QUE FAZEM A VIDA MAIS FÁCIL.
- **INCENTIVOS:** PREÇO JUSTO, QUALIDADE QUE ENCANTA, BOAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E A SATISFAÇÃO DE TODAS AS SUAS NECESSIDADES.

E assim, a dança continua, com todos **contribuindo** e sendo **recompensados**!

DICA

GESTÃO DE PROCESSOS

BALANCED SCORECARD (BSC)



O Balanced Scorecard é uma metodologia desenvolvida por Robert Kaplan e David Norton na década de 1990. As perspectivas clássicas do BSC podem ser adaptadas a **qualquer organização**, inclusive **organizações públicas**.

COMO ELE FUNCIONA?

Ele é uma ferramenta abrangente que visa traduzir a **estratégia organizacional** em indicadores de **desempenho tangíveis e mensuráveis**, alinhando os objetivos estratégicos com as ações operacionais.



- O BSC substitui os **sistemas de medição de desempenho tradicionais**, que se concentram apenas em **aspectos financeiros**.
- Além disso, visa implementar e acompanhar a **estratégia organizacional**, estabelecendo indicadores de metas e objetivos.
- O BSC ajuda os gestores a **visualizar e monitorar o progresso** em todas as perspectivas, permitindo uma análise abrangente do desempenho organizacional e embasando decisões estratégicas com dados sólidos.



DICA NAVEGADORES

PRINCIPAIS NAVEGADORES

Um navegador web (ou web browser) é um software que permite **acessar, visualizar e interagir** com **informações da internet**.

Ele funciona como uma **ponte entre o usuário e a web**, interpretando os **códigos** (HTML, CSS, JavaScript) e transformando-os em **páginas visuais e interativas**.

FUNÇÃO PRINCIPAL

- Interpretar códigos de páginas (HTML, CSS, JS).
- Exibir sites, imagens, vídeos e outros conteúdos.
- Permitir navegação entre páginas por meio de links (hiperlinks).
- Oferecer recursos como favoritos, histórico, abas e segurança.

O navegador atua como interface gráfica da internet — sem ele, o usuário não conseguiria acessar a Web.



COMO FUNCIONA A NAVEGAÇÃO

O usuário digita um endereço (URL).

O navegador envia uma requisição ao servidor do site.

O servidor responde com os arquivos da página (HTML, CSS, JS).

O navegador renderiza esses códigos → exibe o conteúdo visual.

Assim, tudo o que vemos — texto, imagem ou vídeo — é resultado dessa tradução automática feita pelo navegador.



Google Chrome

Rápido, seguro e com sincronização via conta Google.



Mozilla Firefox

Código aberto e foco em privacidade.



Microsoft Edge

Baseado no Chromium, integrado ao Windows.



Safari

Otimizado para dispositivos iOS e macOS



Opera

Leve, com VPN gratuita e modo economia de dados.

DICA

CORREIO ELETRÔNICO III

PROTOCOLOS DE E-MAIL I

DIVERSOS PROTOCOLOS DE E-MAIL SÃO UTILIZADOS PARA ENVIAR, RECEBER E GERENCIAR MENSAGENS ELETRÔNICAS.

vamos conhecer os mais cobrados nas provas?



SMTP (Simple Mail Transfer Protocol)

É o protocolo fundamental para o envio de e-mails.

- Uso: Usado para enviar e-mails de um cliente de e-mail ou servidor para um servidor de e-mail de destino.
- Função: Responsável por encaminhar mensagens para o servidor de destino.



POP3 (Post Office Protocol version 3)

É adequado para configurações onde você deseja baixar e armazenar e-mails localmente.

- Uso: Protocolo de recebimento de e-mail que permite que os usuários baixem mensagens do servidor de e-mail para seus clientes de e-mail.
- Função: As mensagens são geralmente baixadas e armazenadas localmente, e podem ser removidas do servidor, a menos que configurado de outra forma.



IMAP (Internet Message Access Protocol)

É ideal para cenários em que você deseja acessar seus e-mails de diferentes dispositivos sem perder a sincronização.

- Uso: Também é um protocolo de recebimento de e-mail, mas com uma abordagem diferente do POP3.
- Função: As mensagens permanecem no servidor e são sincronizadas com o cliente de e-mail, permitindo que os usuários gerenciem suas mensagens de várias plataformas.

DICA MALWARES III

VÍRUS

Um vírus é um tipo de **malware** que **gruda em um programa** ou **arquivo hospedeiro** e só age quando esse **arquivo é executado**.

Como ele se espalha?

O objetivo principal do vírus é se **replicar** — ou seja, **criar cópias de si mesmo para infectar outros arquivos** e, assim, alcançar mais computadores.

Mas existe um detalhe importante:

➡ Ele **não se espalha sozinho**.

➡ Depende sempre da **execução do arquivo ou programa** onde está escondido.

O que um vírus pode fazer no sistema?

Depois de **ativado**, ele pode causar vários problemas, como:

- ✉ Mostrar mensagens indesejadas
- 🐢 Deixar o sistema lento
- 🗑 Apagar arquivos
- 💥 Danificar dados importantes
- ❗ Causar falhas graves no computador

COMPOSIÇÃO DO VÍRUS

INFECÇÃO	ATIVAÇÃO	CARGA ÚTIL
porta de entrada que o vírus utiliza para entrar em um sistema e começar a sua disseminação	evento ou condição específica que ativa a carga útil de um malware, vírus ou outro tipo de código malicioso.	ações específicas que ele executa uma vez que foi ativado, seja por meio da execução do programa hospedeiro ou através do acionamento de um gatilho.

CHEGAMOS AO FIM



Parabéns, você acaba de conhecer a nossa amostra para o concurso da **CDD!**


Esperamos que esta breve demonstração tenha despertado seu interesse e mostrado como nosso material pode ajudá-lo a **conquistar sua** tão sonhada **aprovação.**

Se você deseja se **destacar** frente à concorrência, você precisa **estudar** com o **material do Memoriza.ai**

Agora é com você: **quer ser aprovado** e tomar **posse** no concurso ainda em 2025?

Então...

→ [clique aqui para conhecer o material completo](#)



Professor
Carlos Fagundes
Sócio Fundador do MA

Obstáculo é aquilo que
você vê quando tira os
olhos do seu **propósito.**

→ [Acesse nosso Instagram](#)